

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

PLANO REAL: uma análise da Imprensa Maranhense (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) no período de 1994-1995

EVANDRO DA CUNHA PINTO

São Luís

2018

EVANDRO DA CUNHA PINTO

PLANO REAL: uma análise da imprensa maranhense (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) no período de 1994-1995

Monografia apresentada ao Curso de História, Centro de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

São Luís

2018

Pinto, Evandro da Cunha.

Plano Real: uma análise da imprensa maranhense (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) no período de 1994-1995 / Evandro da Cunha Pinto. – São Luís, 2018.

70 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

EVANDRO DA CUNHA PINTO

PLANO REAL: uma análise da imprensa maranhense (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) no período de 1994-1995

Monografia apresentada ao Curso de História, Centro de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

Apresentado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Monica Piccolo (orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros
(Examinador 1)

Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa
(Examinador 2)

*Dedico este trabalho a minha querida avó Dorinha,
que sempre me incentivou. Saudades eternas! (in
memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por essa oportunidade e pelos vários momentos vividos na academia.

A minha família por toda ajuda e estímulo durante minha formação acadêmica, principalmente: Elsa Pinto (minha mãe), Leandro Pinto (meu irmão), minhas tias (Tia Cristina, Tia Euza e Tia Berenice). Vocês são muito especiais na minha vida.

A dois lugares que abriram as portas para minha estadia, que são: Museu Casa de Nhozinho e Palácio dos Leões. Lugares esses de grande valia na minha formação profissional, pessoal e intelectual.

Quero fazer um agradecimento a várias pessoas que me proporcionaram uma ajuda intransferível em maior e menor escala.

Um casal de amigos, Lídia Mendes e Ribamar Mendes, por sempre me ajudou em momentos decisivos na minha vida como foi no período do vestibular, no qual dispuseram livros e conselhos ao meu favor. Também a seus filhos e amigos, Ricardo Mendes e Álvaro Mendes, por estarem sempre comigo e sempre discutindo assuntos pertinentes tanto da atualidade quanto de fatos históricos.

A família de Keyla Cristina, Edson Dias, Augusto César, Isabella e Samuel por me proporcionarem momentos importantes na minha vida. O carinho dessa família levo no coração. Muitas conversas foram decisivas para mim tanto na área dos estudos quanto em questões pessoais.

Uma outra família que me abraçou foi a família de Rita de Cássia, Sonia Carvalho, Silvia Sakamoto, Paulo Sérgio, Olinda Carvalho, Karla Baptista, Sayuri Sakamoto, Felipe Sakamoto e uma nova integrante dessa família, Sofia. Todos também fazem parte dessa história, pois cada um tem seu peso. Conversas agradáveis sobre vários assuntos, da vida à política. Mas que fizeram eu pensar bastante e ter certas atitudes.

A casa da família de Luciana, Paulo Roberto, Roberto Carvalho e William Carvalho sempre esteve aberta em vários momentos e principalmente, nos quais tinha que fazer trabalhos da faculdade. Não só a trabalhos como também a boas conversas.

A casa de Joanice Rodrigues, Inaldo, Gleysson Rodrigues e Ítalo Ramon por me ajudarem com conselhos, em boas conversas também e muitos momentos juntos.

A minha orientadora pela colaboração com o tema e toda ajuda necessária.

Aos amigos conquistados na faculdade: Washington Mendes, Gracyane Castro e Layla Adriana.

Uma pessoa muito querida por mim é Reinilda Santos, nos conhecemos no cursinho antes da faculdade. Ela já brigou muito comigo para que eu termine logo essa monografia.

A meus amigos de longa data: Luana Patrícia, Káio Belo, Clauber Martins, Wendell, Talícia Silva e Wilson Teles. Todos sempre procurando ajudar uns aos outros com o comprometimento da amizade. Mas estão puxando minha orelha pra concluir a monografia e me formar.

Aos que também estão me dando broncas constantes e me apoiando sempre Cinara Siqueira, Cledilson Filho, Carlos Adriano e Julio César. Mas também aprontamos bastante.

A duas amigas especiais que estão me dando broncas diariamente Bia Rocha e Tamires Sampaio. Estão sendo muito importantes nesse momento.

A Monica Sousa por estar me ajudando com a monografia. Suas conversas comigo tem sido muito esclarecedoras para com meu tema e referencial teórico. Uma amiga da faculdade e também parceira na época que trabalhamos no Palácio dos Leões.

As pessoas que não foram citadas aqui. Isso não quer dizer que não sejam também importantes. Mas desculpa se esqueci de alguém.

RESUMO

O Brasil durante a década de 1990 estava mergulhado em uma profunda crise econômica. O governo de Fernando Collor falhou na tentativa de estabilizar a economia e seu sucessor, Itamar Franco, deu início ao processo de estabilização através do Ministério da Fazenda com a figura de Fernando Henrique Cardoso. Mas nesse período houve outros ministros da Fazenda, pois FHC havia deixado a pasta para concorrer a eleições presidenciais de 1994. A criação do Plano Real possibilitou a estabilização econômica e a ascensão de FHC ao poder. Assim, esse trabalho monográfico tem o objetivo central de realizar uma análise do Plano Real de como a imprensa maranhense midiaticizou o plano que levou a vitória de FHC nas eleições. Para tal, utilizarei para análise documental os jornais maranhenses: O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno, no período de 1994 a 1995. Teoricamente, a análise da imprensa terá como fundamento o arcabouço teórico elaborado por Antônio Gramsci, principalmente o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia, a partir do qual a imprensa é considerada como elemento central para naturalizar um determinado projeto que se pretende hegemônico.

Palavras-chave: Plano Real, Imprensa Maranhense, FHC

ABSTRACT

Brazil during the 1990s was plunged into a deep economic crisis. The government of Fernando Collor failed to stabilize the economy and his successor, Itamar Franco, began the stabilization process through the Ministry of Finance with the figure of Fernando Henrique Cardoso. But during this period there were other finance ministers, as FHC had left the portfolio to run for the 1994 presidential elections. The creation of the Real Plan enabled economic stabilization and the rise of FHC to power. Thus, this monographic work has the central objective of performing an analysis of the Real Plan of how the maranhense press mediated the plan that led to FHC's victory in the elections. To do this, I will use for documentary analysis the maranhenses newspapers: *The State of Maranhão*, *O Imparcial* and *Jornal Pequeno*, from 1994 to 1995. Theoretically, the analysis of the press will be based on the theoretical framework elaborated by Antônio Gramsci, especially the concept of Private Hegemonic Devices, from which the press is considered as a central element to naturalize a certain project that claims to be hegemonic.

Keywords: Real Plan, Maranhense Press, FHC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - DISCUSSÕES SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTORIOGRAFIA	12
1.1 A Imprensa e suas contribuições para a História.....	12
1.2 A História do Tempo Presente e suas implicações	14
1.3 O Plano Real nos embates historiográficos	17
2 - PRIMEIROS GOVERNOS CIVIS, ECONOMIA E POLÍTICA	24
2.1 O contexto Neoliberal.....	24
2.2 O governo Sarney e suas especificidades	28
2.3 O governo Collor e suas especificidades	32
3 - PLANO REAL INSCRITO EM VÁRIAS REPORTAGENS	37
3.1 Levantamento histórico dos jornais maranhenses	37
3.2 Análise dos jornais maranhenses a respeito do Plano Real	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

“O historiador se parece com ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. (BLOCH, 2001, p. 54)

A frase acima explicita que o historiador vai em busca de todos os passos dados pelo homem através do tempo. Este trabalho se insere na busca pelo percurso do Plano Real nos impressos maranhenses, percebendo principalmente o jogo de interesses e o posicionamento político desses jornais. Segundo Gramsci, a imprensa é um aparelho privado de hegemonia, ou seja, está ligada aos interesses de classe do grupo político que pertence.

O Brasil da década de 1990 estava inserido em uma lógica de uma crise estrutural, pois a inflação passava de três dígitos ao ano. Na tentativa de resolução dessa crise Fernando Collor fora eleito graças à ação da mídia e sendo assim considerado um salvador (SKIDMORE, 2000, p. 27). Logo seu governo mostrou-se ineficiente para a resolução dessa profunda crise que assolava o país. Os vários planos econômicos de seu governo fracassaram e acusações de corrupção levaram ao seu impeachment em 1992.

Itamar Franco assume o cargo de presidente no lugar de Collor e instituiu um governo de transição. A figura central de seu governo foi o Ministério da Fazenda, chefiado por Fernando Henrique Cardoso, responsável pela formulação do Plano Real. A finalidade do Plano era a estabilização da economia e a queda da inflação. A trajetória do Plano Real está intimamente ligada a FHC.

A importância deste trabalho está centrada na busca da trajetória do Plano Real nos impressos maranhenses. Partindo de uma série de reportagens, editoriais, artigos contidos nesses jornais, buscou-se compreender a dinâmica do plano nos impressos maranhenses (Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão e O Imparcial)¹ no período de 1994 a 1995.

O trabalho tem por objetivo fazer uma discussão do processo de solução da crise econômica que assolava o Brasil a partir dos impressos maranhenses. Esse trabalho se utiliza da imprensa regional para entender um tema nacional. A imprensa teve um papel importante para a construção de um cenário favorável ao plano.

¹ Os impressos maranhenses utilizados neste trabalho estão disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite na Seção Jornais/Revistas e Obras Raras, localizada na Deodoro, Centro de São Luís. O horário de funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta das 8:00 da manhã a 19:00 da noite.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo **Discussões sobre História e Imprensa, História do Tempo Presente, e Historiografia**, realizo uma discussão acerca da contribuição entre História e imprensa no primeiro item (1.1). No item 1.2, faço um debate sobre história do presente, pois é nessa perspectiva que o trabalho se insere. No item 1.3, dedico minha atenção a um debate sobre o Plano Real.

No segundo capítulo, **PRIMEIROS GOVERNOS CIVIS: Economia e Política**, realizo, no item 2.1 um balanço sobre a ascensão do Neoliberalismo e sua influência direta nos programas de governos do Brasil a partir da década de 1990. No item 2.2, realizo uma pequena análise sobre o governo de Sarney. No item 2.3, foco no mandato do primeiro presidente eleito depois da ditadura pelo voto direto e que contribuiu para o agravamento da crise econômica brasileira.

No terceiro capítulo, **Plano Real inscrito em várias reportagens**, foi construído, no item 3.1, um pequeno levantamento histórico dos principais jornais maranhenses (O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno e O Imparcial). No item 3.2, foram analisadas reportagens, editoriais, artigos sobre a o Plano Real e que conseqüentemente levou Fernando Henrique Cardoso ao poder nas eleições de 1994.

1 - DISCUSSÕES SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTORIOGRAFIA

1.1 A Imprensa e suas contribuições para a História

No Brasil houve uma resistência muito grande em se incorporar à escrita da História a imprensa como documento, pois pesava a tradição, que remonta ao século XIX e início do XX, que atrelava o ofício do historiador à busca pela verdade dos fatos. Isso aconteceria pelo intermédio de documentos oficiais, então considerados como depositários da verdade. Assim,

O historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (LUCA, 2008, p. 112)

O trecho acima mostra que o historiador deveria estar longe, emocional e cronologicamente, de seu objeto de estudo. Mas, deveria colocar em prática uma série de regras para se obter a verdade, sendo os jornais considerados pouco adequados para recuperarem/reconstruírem o passado, como nos afirma a historiadora Tânia de Luca:

O jornal como uma das “principais fontes de informação histórica, ponderava que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial”, caracterizado como mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (LUCA, 2008, p. 115-116).

A imprensa, nessa visão tradicional, era tratada como imprópria e com isso impossibilitaria de se chegar à verdade histórica. Ao mesmo tempo, poderia servir como uma fonte de confirmação para o pesquisador e usada sem a menor crítica. Nessa perspectiva, era desconsiderado um dos mais destacados usos da imprensa, ou seja, a possibilidade para se pesquisar uma infinidade de temas e também questionar os seus posicionamentos, políticos e ideológicos.

Ao se debruçar sobre os jornais pode-se perceber que “através das informações veiculadas, constituem, sem dúvida, fontes fundamentais que possibilitam vislumbrar que representações foram feitas” (CARDOZO, 2015, p. 43). Mas se apresenta como uma fonte

cheia de peculiaridades, pois o leque de temas e assuntos é variado, e assim tendo um potencial para várias áreas do conhecimento. O jornal influencia diretamente na vida cotidiana e implica que suas considerações passam pela política, economia, sociedade, cultura e dentre outros.

Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo (CAPELATO, 1988, p. 13).

O jornal é uma poderosa arma, pois está relacionada diretamente a criação de representações da realidade. Isso se expressa na contínua batalha de conquistar corações através de conteúdos que podem ser reais ou fictícios. Cabe ao historiador perceber a forma como esses temas são abordados nos jornais, pois ali estão contidos os interesses de classe e também políticos.

Historicamente a imprensa no Brasil contribuiu diretamente para a manutenção e queda de governos. Por esse motivo, os olhos devem estar bem atentos para identificar as intenções impressas nessas folhas cinza.

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Como a imprensa age diariamente, a história está sendo construído através de vários prismas, pois dentro desses jornais estão sendo trabalhado variados assuntos cotidianos. Além de influenciar na construção de um consenso sobre determinado interesse, também cria paradigmas sociais, pois seu poder é muito estratosférico na formulação de padrões sociais.

Os discursos produzidos pelos jornais são ótimas fontes para a reconstituição de um imaginário que circulou durante uma época. Segundo Maria Capelato (1998), isso é possível graças a busca pela ação dos conflitos sociais, no qual projetos sempre se sobressaem de outros. Isso é expresso em falas e discursos de diferentes grupos com relação à prática e ideias divergentes.

Como a imprensa não tem uma postura neutra e imparcial, as informações contidas nesses jornais são construções da realidade, pois atendem diretamente aos interesses

do grupo a qual pertence. No afirmar de Capelato (1988), se trabalham na obtenção do lucro e não se incomodam em às vezes distorcerem a realidade. Uma coisa é certa, o processo de análise desse documento deve ser rigoroso para assim extrair as intenções contidas em suas páginas.

Segundo Capelato, a informação é manipulada e nunca revelada de maneira completa, e aí está sua faceta como arma nas mãos de poderosos. Com isso a realidade é construída podendo ser fantasiosa, exagerada ou crítica. Isso depende muito do jornal a qual está sendo analisado. Porque nessa perspectiva existem jornais e jornais, nem todos partilham os mesmos posicionamentos.

Já em um contexto mais regional, a qual se insere este trabalho, os jornais maranhenses (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) possuem posicionamentos políticos diferentes. Enquanto O Estado do Maranhão e O Imparcial são mais ligados a grupos políticos de expressão nacional. Já o Jornal Pequeno possui um posicionamento de crítica em relação aos outros dois.

A imprensa, ou melhor, os meios de comunicação em geral, tanto servem à aproximação como ao distanciamento entre os homens. Podem permitir que todos participem do governo e controlem os governantes, mas também se prestam ao estabelecimento do controle político sobre os governados (CAPELATO, 1988, p. 72).

A imprensa está intimamente ligada aos grupos políticos e não está a favor do povo. Sua atuação é pautada no lucro e, sobretudo, aos interesses, políticos e ideológicos. Tudo associado as questões de classe e sobre o controle exercido nos governados.

A imprensa nesse trabalho terá um papel essencial, pois se analisará os discursos em torno do Plano Real. O Plano Real não ficou imune às considerações realizadas pelos vários segmentos do jornal, pois este foi a solução encontrada para retirar o Brasil da crise econômica mais duradoura da história. Mas essas visões a respeito estão imbuídas de jogos e interesses de classes.

1.2 A História do Tempo Presente e suas implicações

A História do tempo presente começou a partir da década de 1970 a ganhar corpo com publicações, com o intuito de alargar o tempo cronológico dos objetos analisados. Assim,

o campo da História passou a agir também sobre o passado recente que deixou de ser um espaço só da Ciência Política, Antropologia, Sociologia. Nesse processo, a Escola dos Annales foi muito importante. Assim a História teve sua atuação mais ampliada, a partir de novas fontes, novos objetos e novos temas. Esse movimento diversificou e ainda colocou novos elementos para a produção de novas abordagens, pois

Enriqueceu os resultados das pesquisas historiográficas e ofereceu múltiplas opções de ação para os historiadores, que não mais se prenderam a determinadas amarras impostas pela prática historiográfica, como o afastamento temporal do objeto de análise, e aplicaram os mais diversos recursos metodológicos e recorreram a fontes variadas para a confecção de suas análises (FIORUCCI, 2011, p. 112).

Anteriormente a este período, a História estava mais preocupada em produzir pesquisas sobre política, economia e, principalmente, tendo afastamento temporal. A partir do contato mais longínquo com o objeto, o historiador produziria uma análise com mais objetividade e cientificidade, e não colocando suas paixões. Mas o rompimento dessa barreira temporal foi importantíssimo e a História pôde reagrupar em questões do presente, que era preocupação de outras áreas.

Para Hobsbawm (1995), a História do Tempo Presente possui três principais problemas:

O da época de nascimento do historiador ou, de forma mais geral, o problema das gerações; o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride; e o problema de como escapar dos pressupostos que a maioria de nós compartilha (HOBSBAWM, 1995, p. 103).

Esses são elementos muito interessantes para uma análise da História do Tempo Presente que proporcionam um maior esclarecimento de como trabalhar o tema. Mas o primeiro elemento apontado é extremamente essencial, pois marca a vida de cada historiador. As gerações de historiadores que se debruçam sobre a História do Tempo presente levam consigo sua vivência de mundo, promovendo uma multiplicidade de olhares e de abordagens sobre um determinado tema. O segundo, trata da mutabilidade da História e do historiador já que ambos possuem uma relação dialética entre passado e presente. Na medida em que o tempo passa, novos contextos mundiais, nacionais e locais colaboram para determinadas mudanças no campo histórico, com isso existe um fluxo de renovação de como atuar ou até

mesmo quebra de paradigmas. O terceiro, se refere à questão do consenso histórico criado pelos historiadores, mas que sofre com as rápidas mudanças históricas.

É preciso lembrar que apesar das inovações teóricas e metodológicas que têm caracterizado o campo da produção historiográfica, a história do tempo presente nem sempre tem sido bem assimilada por parte da comunidade de historiadores, pois ainda é sólida a concepção de que o estudo da história deve distanciar-se do tempo do acontecido (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 21).

Essa é uma questão muito latente sobre a História do Tempo Presente, pois ainda existem certos preconceitos de alguns historiadores na abordagem do tema. Acreditam que se afastando temporalmente do acontecido, não haverá a construção de uma análise influenciada por estímulo recentes do presente. Assim, ainda há nos dias de hoje uma certa desconfiança se realmente se está fazendo é história.

O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunha e ator do seu tempo e, muitas vezes, está envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI têm sido mais ricos em grandes mudanças do que nos fenômenos de longa duração que necessitam de maior recuo (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 23).

O interessante é que o historiador está imbuído de seu próprio tempo. Isso de certa forma influencia para que se desconfie dessa área da história. Mas são importantíssimas as análises que valorizem o tempo presente. Nesse aspecto, Hobsbawm, Delgado e Ferreira aproximam-se do quesito de que há dificuldades em se construir análises a respeito da história presente. Com isso estamos mais próximos de nossos objetos, que se localizam no passado presente.

“É mister ter essa concepção em mente: que a história do tempo presente é móvel e que seus objetos de estudo, com o tempo, deixam de ser o foco da história recente e tornam-se objetos de estudo do passado mais distante” (FIORUCCI, 2011, p. 114). É realmente necessário saber como lidar com as demarcações cronológicas da História do Tempo Presente, pois estão em constantes movimentos de aceleração. Por isso devemos estar bem atentos para os limites impostos à História do Tempo Presente. Fazem do passado próximo o objeto de estudo do historiador e são expressivas da opção por uma temporalidade repleta de dificuldades para demarcar datas e estabelecer limites cronológicos precisos e definidos

(DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 24). Esses limites, na verdade, são apenas frágeis barreiras móveis, já que a história é altamente metamorfoseada. Cada instante passado vai se inscrevendo automaticamente na história. Assim, as barreiras vão sendo movimentadas e tornando cada vez mais complexo o campo de atuação da História do Tempo Presente.

1.3 O Plano Real nos embates historiográficos

A partir do levantamento bibliográfico faz-se uma estratégia para abordar as diferentes visões a respeito do Plano Real, que embora inserido em um contexto macro, de consolidação mundial do receituário neoliberal, fora gestado durante o governo de Itamar Franco e consolidado com a chegada de Fernando Henrique Cardoso no poder. Segundo Monica Piccolo (2010), o projeto político-econômico executado fora mais a reconfiguração da relação entre Estado e sociedade. Partindo desse pressuposto, o Plano Real implantado no ano de 1994, assumiu dupla função: estabilização econômica e remodelação do Estado.

A primeira obra a ser utilizada é tese de doutorado de Monica Piccolo intitulada de “Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso”. A autora segue por um viés teórico-explicativo gramsciano, no qual usa os conceitos de Hegemonia, Estado Ampliado. Em sua tese procura fazer uma análise dos dois grandes projetos neoliberais postos em prática nos governos de Collor e FHC. Mas recua para dar uma explicação de como foi possível a ascensão desses projetos, que tinham por base a privatização, em contexto de Neoliberalismo.

Mas Monica Piccolo (2010) realiza discussões necessárias para compreender o processo de privatizações no Brasil na década de 1990 e que acabaram por consolidar o Neoliberalismo. A autora enxerga o Plano Real como a consolidação do projeto neoliberal colocado em prática pela equipe econômica em 1994 e que possibilitou a consolidação desse projeto a partir de 1995. Sobre o Plano Real:

O Plano Real – ou Plano FHC – embasava-se na ideia de André Lara Resende, que defendia a teoria da “bimonetarização”. Uma moeda, atrelada ao dólar, seria lançada pelo governo e coexistiria com a moeda velha, o cruzeiro real, até o dia em que fosse plenamente aceita pela população. Ao invés de lançar uma nova moeda, o governo lançaria um novo indexador, um valor de referência que, posteriormente, seria transformado em uma nova moeda, fato ocorrido através da Medida Provisória de 29 de junho de 1994,

transformada em Lei no. 9.069 de junho de 1995, que criou o Real (PICCOLO, 2010, p. 32)

Esse é um trecho bem elucidativo sobre o processo de implantação do Plano Real. Mas antes de tudo para a realização da pesquisa de campo sobre essa política econômica é importante conhecê-la para saber como a imprensa maranhense se comportou. Porque não foi só uma troca de moeda, pois interesses estavam em jogo e o caminho a ser percorrido pelo Brasil era sua abertura ainda mais para o capital estrangeiro. Esse capital logicamente ligado aos interesses estadunidenses.

Segundo Monica Piccolo (2010), o Plano Real deu certo porque estava atrelado nitidamente aos Estados Unidos. Em 1994, no segundo semestre, houvera as eleições presidenciais e Fernando Henrique Cardoso foi substituído no Ministério da Fazenda por Rubens Ricupero. Mas FHC concorreu ao pleito eleitoral com Luís Inácio Lula da Silva e saíra vencedor com 54% dos votos válidos. A ascensão de Fernando Henrique possibilitou a reestruturação do papel do Estado brasileiro tanto no âmbito da economia quanto no da política.

Já Paul Singer (1999) realiza um exame crítico da política econômica implementada em 1994, examinando criticamente o governo de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995. Singer destaca que o Real deu certo pelo contexto internacional.

O próprio êxito do Plano Real, enquanto instrumento antiinflacionário, suscitou condições inteiramente novas para o enfrentamento dos problemas econômicos, a partir de 1995. FHC presidente pôde se aproveitar destas condições para redefinir a inserção do país no processo de globalização e a delimitação de atividades entre o setor público e privado na esfera d União assim como, por pressão indireta, nos estados e municípios. Ele promoveu mudanças estruturais no aparelho de estado federal e no sistema previdenciário. E alterou a repartição do bolo fiscal entre as três esferas de poder da federação, que a recém-promulgada Constituição de 1988 tinha viezado a favor das esferas de baixo (SINGER, 1999, p. 26)

O autor se preocupa em realizar um levantamento dos aspectos da política econômica colocada em prática a partir de 1994 e seus desdobramentos no governo de Fernando Henrique. Singer (1999) aponta que o Real foi além de uma política econômica, pois inseriu o próprio papel do Brasil no contexto da Globalização. Tudo de bom ou de ruim foi posto em defesa do Plano Real. Quando Fernando Henrique assume em 1995 o Real já havia realizado sua primordial meta, que era de estabilizar os preços. Isso porque antes do Real os preços alteravam bastante devido a alta da inflação.

Singer (1999) afirma que o Plano Real foi montado a partir de vários membros que criaram o Plano Cruzado, mas foi um plano totalmente diferente dos anteriores. O Plano Real foi anunciado com antecedência e com isso passou a ser discutido no Congresso Nacional. Com isso viabilizou aprovações e correções propostas pelos congressistas. O diferencial desse plano é porque não era autoritário e foi sendo colocado em discussões frente à opinião pública, produzidas tanto pela mídia televisiva quanto a imprensa impressa.

Outro aspecto que Paul Singer (1999) destaca sobre o Plano Real, foi a presença de um indexador para uniformizar os reajustes, a URV, a Unidade Real de Valor que foi utilizado para corrigir valores cotados em cruzeiro. Outra característica do Real era de ajuste fiscal. Foi criado o FSE, Fundo Social de Emergência que tinha por objetivo reunir fundos que a União passava para os estados e municípios, a fim de colocar a disposição do Governo Federal.

Nakatani e Oliveira (2010) buscam mostrar um panorama geral da economia brasileira no período de 1990-2007. Procuraram esmiuçar os elementos essenciais das políticas econômicas dos governos de Collor/Itamar Franco, FHC e Lula. Para Nakatani e Oliveira, jovens intelectuais foram ocupando cargos da administração pública com ideologia liberal estritamente ligada ao chamado Consenso de Washington, que estabeleceu paradigmas a serem seguidos a partir dos anos 1990, colocando em prática, assim, o Neoliberalismo no governo de Collor e consolidado no de FHC.

A trajetória do Plano Real é ade um programa que foi marcado por alguns e muitos desacertos – e não poucas inconsistências – de medidas de política econômica e por uma opção, no mínimo polêmica, por um modelo econômico de conteúdo neoliberal em um país em que são profundas as desigualdades sociais e acentuada a heterogeneidade de regiões e setores econômicos (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 28)

Segundo Natakani e Oliveira (2010), o Plano Real representou o processo de modernização da economia brasileira, pois fora baseado nas determinações do Consenso de Washington. O mercado passou a ser centro articulador da economia, em que acontecera a estabilização econômica graças a uma grande circulação de capitais estrangeiros no país.

Paul Singer (1999), Monica Piccolo (2010), Nakatani e Oliveira (2010) se aproximam quando tratam o Plano Real como fruto de um projeto Neoliberal. A estabilização foi baseada na entrada sistemática de capital estrangeiro, apoiado nas bases instituídas pelo Consenso de Washington. Isso aconteceu graças ao contexto internacional da década de 1990.

Outro posicionamento é de Albert Fishlow (2007) que realiza uma comparação entre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o Plano Real, pois se preocupa em discutir como a inflação foi combatida durante trinta anos (1964-1994). O interessante que acabou encontrando elementos equivalentes entre PAEG e Plano Real, mas também ressalta os componentes de contraste entre os dois.

O PAEG foi um fenômeno distinto. Em primeiro lugar, ele era o produto da intervenção militar que ocorreu em março de 1964, o que caracterizava como algo autoritário. (...)

Trinta anos depois, em 1994, o Plano Real foi lançado. O objetivo direto era somente um: eliminar o alto índice de inflação e suas consequências, que, desde os primórdios dos anos 1980, estavam impedindo o crescimento econômico do Brasil. Esta tentativa, porém, não foi a primeira a ser feita. Já se haviam tentado o Plano Cruzado, em 1986, e um grande número de esforços subsequentes que, em vão, buscavam o mesmo resultado. Dois presidentes falharam. Porém o sucesso imediato do Plano Real levou o presidente Fernando Henrique Cardoso à presidência por dois mandatos (FISHLOW, 2007, p. 147-148).

Esses trechos a respeito desses planos são muito elucidativos, pois se caracterizaram em contextos diferenciados. O primeiro entrou em vigor na década de 1960, como uma resposta a tendência de alta inflacionária e achatamento econômico. Mas foi capitaneado pela Ditadura civil-militar² e marcado pelo autoritarismo do período. Agora o segundo entra em ação a partir dos anos 1990, marcados por uma sucessiva troca de planos econômicos e que acabaram por desembocar na criação do Plano Real. O contexto internacional também fora importante, pois o Neoliberalismo passa a imperar no Brasil e com isso influenciou em uma série de medidas adotadas para se adequar as exigências dos capitais estrangeiros.

Mas Fishlow destaca três características sobre o PAEG³:

A primeira foi a maior inovação, o estabelecimento de uma indexação virtualmente universal na economia. A segunda foi a frustração em relação ao declínio gradual da inflação durante o período de 1965 a 1966, associada ao crescimento limitado que não correspondeu às expectativas. A terceira característica foi a decepção com relação à piora na distribuição de renda,

² Utilizo o conceito de Ditadura civil-militar de René Dreifuss para justificar afirmações a respeito desse período. Dreifuss realiza uma pesquisa empírica a respeito do golpe de 1964 e a ditadura que se instaurou, demonstrando como atuou uma fração de classe da classe dominante que chegou ao poder em 1964. O autor vai muito além, pois mapeia a atuação de civis e militares no complexo IPES/IBAD, que funcionou na gestação de um projeto de Estado e se tornou hegemônico em 1964.

³ Por mais que meu enfoque seja sobre o Plano Real, acho importante algumas considerações sobre o PAEG. Assim como ressalta Fishlow existem alguns elementos semelhantes ao Real.

concentrada entre o novo grupo de trabalhadores urbanos que começou a crescer rapidamente nos anos 1950 e início de 1960. (FISHLOW, 2007, p.151).

Dessa forma, o PAEG vigorara durante a ditadura civil-militar, mas de início não conseguiu que suas formulações fossem implementadas por esta política econômica. Pelo contrário, sua inovação, no afirmar de Fishlow, fora o aparecimento de uma indexação na economia. A questão da indexação da economia é um dos pontos que se aproxima do Plano Real, pois cada um vigorou em períodos diferenciados para atender determinadas exigências.

Quando ocorreu a conversão, os efeitos imediatos foram altamente positivos. O plano alcançou sucesso imediato. A inflação praticamente desapareceu, e particularmente o preço da cesta básica, assim como de outros bens de primeira necessidade, caiu mais de 8% em julho e agosto. As taxas nominais de juros caíram bruscamente, porém mantendo-se altas em termos reais. A entrada de capital estrangeiro foi tanta, que a taxa de câmbio imediatamente se fortaleceu algo em torno de 18%. Isso fez com que os produtos importados se tornassem mais baratos, e o nível muito mais baixo de protecionismo, que foi implementado inicialmente com o governo Collor em 1990, garantiu um alto grau de competição que restringia o aumento dos preços domésticos. (FISHLOW, 2007, p. 1).

Nesse sentido, o Plano Real fora necessário para a estabilização da economia através de um novo mecanismo, a cotação da nova moeda ligada ao câmbio externo. Como ressalta Fishlow, isso faria com que a moeda fosse diariamente ajustada. Assim, aproxima-se da visão de Monica Piccolo (2010) no quesito da bimonetarização, pois a nova moeda estaria atrelada ao dólar.

Outro autor a ser trabalhado é Brasília Sallum (2010), sociólogo que faz uma análise a partir da contestação de que os países da América Latina passaram por um processo de transição política. Assim alterou-se a relação entre Estado, sociedade e mercado. Aponta que o governo de FHC passou por duas etapas de transição: política-institucional para democracia e o encerramento da “Era Vargas”. O autor não concorda com duas interpretações sobre a ascensão de Fernando Henrique. A primeira, caracterizada como voluntarista, no qual o FHC utilizou o Plano Real para ganhar as eleições; a segunda, a hiperestruturalista, via na candidatura de Cardoso gestada por novas elites para sustentar o programa de estabilização hegemônico (PICCOLO, 2010, p. 83).

Ao longo desse período, o Estado passou a constituir-se em núcleo organizador da sociedade brasileira e alavanca de construção do capitalismo industrial no país. Quer dizer, tornou-se um estado de tipo

desenvolvimentista. Nos últimos anos da década de 1970, entretanto, essa estrutura complexa de dominação começou a sofrer um processo lento e descontínuo de desagregação. A partir daí, a capacidade de comando do velho Estado sobre a sociedade e a economia passa a ser severamente restringida, tanto pelas transformações econômicas internacionais, que marcam a transição do capitalismo mundial para sua forma transnacional, como pela emergência de movimentos e formas de organização autônoma dos segmentos sociais, principalmente dos subalternos. Numa palavra: transnacionalização do capitalismo e democratização da sociedade foram (e vem sendo), sob várias modalidades de manifestação, os processos mais abrangentes de superação do Estado desenvolvimentista (SALLUM, apud PICCOLO, 2010, p. 84)

Brasílio Salum procurou mapear essa dita “Era Vargas”, pois foi um sistema de dominação na sociedade e na economia que durou muito tempo. Essa Era iniciou-se nos 1930, ápice em 1970 e gradual desagregação nos anos 1980. O Estado durante esse período foi o vetor de desenvolvimento, mas que começou a ser desarticulado nos 1970 de forma lenta. A crise do Estado desenvolvimentista no ano de 1983 é atrelada à crise política, juntamente com aumento da dívida externa e crise fiscal. Isso pode ser chamado de “crise de hegemonia”, pois a ditadura não mais atendia aos interesses do empresariado, dividido entre o nacional desenvolvimentismo e o neoliberalismo. Salum ainda aponta que os empresários procuravam resolver a crise e assim aproximando a burguesia local ao capital estrangeiro, combatendo o intervencionismo estatal, defendendo a desregulamentação e as privatizações (PICCOLO, 2010, p. 85).

Segundo Sallum, Fernando Henrique é fruto da aliança para superar a crise de hegemonia. As novas condições eram o aumento da entrada do capital estrangeiro, que favoreceu estabilização do Plano Real; preservação da estratégia liberal (abertura comercial e privatizações); desarticulação da oposição, no caso do PT. Para o autor, esse era um “projeto particular que se tornou hegemônico” (PICCOLO, 2010, p. 86).

Uma outra visão bem emblemática é de dois autores, Marcos Nobre e Vinicius Torre Freire. Esses autores se utilizam dos aparatos teóricos gramscianos, como crise de hegemonia e análise de conjuntura. Nobre e Freire se preocupam em analisar o modelo político no governo FHC, partindo da ideia de impasses políticos e econômicos da crise de hegemonia do período pós-ditadura. O Plano Real foi uma “estabilização imperfeita” com poucos pactos e alianças (PICCOLO, 2010, p. 92).

O Plano Real começara com soluções apenas provisórias para algumas questões econômicas fundamentais para seu sucesso. Mas, ao admitir sua

provisioriedade, também indicava que se adotavam as medidas politicamente possíveis num quadro de hegemonia incerta, além daquelas necessárias para garantir o sucesso eleitoral; adotavam-se as medidas necessárias também para criar as condições de legitimidade política para garantir futuras correções de rumo ou reformas de fundo, além de já se dar o início à reforma econômica (...) Tal programa era uma solução condicionada, entre as opções abertas, pela situação política; era uma iniciativa engenhosa para dar início à coalização 'de A a Z' que Fernando Henrique tentaria levar a cabo de modo explícito durante seu governo (NOBRE; FREIRE, 1998, p. 129).

Na visão de Nobre e Freire essa era uma estratégia para o sistema de equilíbrio instável para negociar os conflitos. O Plano Real era uma espécie de negociação permanente da construção de hegemonia. A análise desses autores é importante porque percorrem um caminho diferente e vão elucidando fatos a respeito do Plano Real e a ascensão de FHC como presidente.

2 - PRIMEIROS GOVERNOS CIVIS, ECONOMIA E POLÍTICA

2.1 O contexto Neoliberal

O mundo do século XXI vive sob a égide do Neoliberalismo. Isso porque foram colocadas em práticas ações durante as décadas de 1970 e 1980 que reestruturaram o papel do Estado em vários âmbitos desde o social ao econômico. Essas medidas acabaram criando um contexto de reorganizações para todas as economias do mundo no século XX.

A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile, a partir do dia 11 de setembro de 1973, quando Pinochet aplicava um golpe de estado no presidente eleito democraticamente, Salvador Allende, devido, entre outros fatores, à polarização dos blocos socialista versus capitalista. Essa foi a maneira encontrada pelos Estados Unidos para garantir sua posição como defensor do capitalismo no Ocidente e assim barrando o avanço da URSS através do patrocínio, direto ou indireto, às ditaduras na América Latina, como estratégia para manutenção de sua hegemonia. A ideologia utilizada para legitimar esses golpes de Estados foi a Doutrina de Segurança Nacional (PADRÓS, 2008), que internalizou no território nacional a perseguição aos comunistas e opositores.

No Chile, os Estados Unidos criaram um programa durante a Guerra Fria de “recrutar” de maneira intelectual professores universitários, para se formarem na Universidade de Chicago. A estratégia de uma cultura letrada fez com que o neoliberalismo se desenvolvesse embrionariamente para depois assumir uma faceta extremamente nefasta à existência humana⁴.

Esse fora um experimento realizado na periferia do mundo capitalista, em que se tornou um modelo a ser aplicado, para a formulação da política, nos países centrais capitalistas. Segundo David Harvey (2008), a partir daí houve um processo de reestruturação do Estado e o liberalismo embutido⁵ não atendia mais as demandas das classes dominantes.

⁴ Mas isso está relacionado a questão de que Neoliberalismo prega lucro sobre lucro. Dessa forma explorando ainda mais trabalhador com relação a flexibilização do trabalho.

⁵ Segundo David Harvey (2008), após a Segunda Guerra Mundial o mundo estava em meio uma crise de representação entre capitalismo e comunismo, pois ambos tinham falhado. Mas para conter a rivalidade entre as nações foi necessário que se garantisse a paz, assim foram criados a ONU (Organização Mundial das Nações Unidas), o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Internacional de Compensações (Basileia). Com isso houve uma reestruturação financeira mundial, no qual se fixava o dólar convertido diretamente em ouro a um preço fixo, e foi necessário o bem-estar social e a estabilidade.

Os primeiros países a realizarem essas reformas foram Inglaterra e Estados Unidos. Ambos foram em períodos aproximados em 1979 e 1982. Mas a ascensão do Neoliberalismo ocorreu primeiramente no mundo acadêmico, pois até então vigoravam as postulações keynesianas⁶ sobre a ação do Estado.

Segundo Harvey, a partir de fins dos anos 1960, começa a vigorar na academia a teoria neoliberal, principalmente nos Estados Unidos na Universidade de Chicago e com seu representante máximo Milton Friedman⁷. O neoliberalismo ganhou espaço no mundo acadêmico. Mas depois tomou corpo com a experiência no Chile e posteriormente nos Estados Unidos e Inglaterra.

O Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como ‘keynesianas’ foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2008, p. 20).

O Estado de bem-estar social é caracterizado por intervir tanto nas relações econômicas como também na própria vida dos trabalhadores. Dessa forma é garantindo uma plena oportunidade de empregos para a satisfação da população, gerando uma comodidade no âmbito social, sendo assim uma anestesia até a virada Neoliberal. Mantendo a população com benesses, em que o emprego é garantido, existe um contexto de não contestação das tomadas decisões do Estado. Com o liberalismo embutido, o Estado ganhou a função de árbitro de conflitos e se deu através da internalização desses embates classistas no aparato estatal.

A partir de 1979, os Estados Unidos através de Paul Volcker (presidente do Federal Reserve Bank) começou a por em prática o neoliberalismo e assim desmontando todo um Estado intervencionista (HARVEY, 2008, p. 32). Com isso tornou os juros positivo e assim deu início à era dos ajustes econômicos, que levariam países a beira da falência e assim o capital estadunidense estava fechado para os investimentos em outros países⁸. Durante toda a década de 1970 o mundo passara por duas grandes crises do petróleo, a primeira em 1973 e

⁶ Segundo David Harvey (2008), o keynesianismo é marcado pela atuação do Estado na economia na tentativa de garantir o pleno emprego, o bem-estar social. Foi uma resposta aos sistemas econômicos vigentes, capitalismo e comunismo, no início da década de 1920. Assim sendo intervencionista e não estatista.

⁷ Recebeu Nobel em 1976 por suas postulações e pesquisa a respeito do Neoliberalismo.

⁸ O Brasil fora beneficiário do capital estadunidense durante vários anos no período da ditadura civil-militar, mas a partir de 1979 esses investimentos não eram mais liberados. Assim a economia brasileira não possuía mais recursos para fazer a economia voltar a crescer.

a outra em 1979, criando assim o terreno fértil para a implantação do neoliberalismo. Devido os conturbados anos 1970, o Estado intervencionista passou a ser questionado e, principalmente, as doutrinas keynesianas. O cenário de altas taxas inflacionárias, tanto nos Estados Unidos e quanto em outros países, levou a adoção dos ajustes estruturais.

Os Estados Unidos obtiveram um bom crescimento durante o período Pós-Guerra. Mas o seu crescimento econômico não era mais o mesmo e também demandas da camada alta estadunidense não viam mais o liberalismo embutido como solução, e muito menos as políticas keynesianas. O panorama de uma estagflação delineado durante toda a década de 1970 estava corroendo a economia americana. Essa corrosão é no sentido de a classe dominante estadunidense ter perdido um pouco de espaço dentro do Estado. Então os Estados Unidos conseguiram se reestruturar através da exportação para outras regiões do globo, fazendo com que a alta classe estadunidense voltasse ao centro do poder econômico e político, tanto nos EUA quanto em outros países (HARVEY, 2008, p. 38). A virada Neoliberal representa um projeto “político de restabelecimento da acumulação de riqueza e restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2008, p. 27). Essa volta ao poder e ao controle do Estado se deu pelo desmonte do Estado, pela desmobilização dos movimentos sociais (reformulando a jornada de trabalho, privatizando empresas públicas), pela dissolução da unidade social em individualismo. Durante a vigência do Estado intervencionista houve o fortalecimento dos sindicatos, criação de legislação que beneficiavam os trabalhadores, um contexto muito favorável para a unidade social. Essas medidas iam de encontro aos interesses de muitos capitalistas, pois na década de 1980 há uma financeirização de tudo.

O cenário político da década de 1970 e, principalmente, da criação de uma condição beneficiadora para o neoliberalismo, permitiu assim uma mudança estrutural do Estado. Nos Estados Unidos desse período, foi realizada uma intensa divulgação sobre o neoliberalismo através de institutos de pesquisas, houve quebra dos sindicatos a partir dos investimentos em títulos do município, no caso Nova York (HARVEY, 2008, p. 55). Essa era a oportunidade em que banqueiros se aproveitaram para implantar duros e adequados programas para o ambiente favorável aos investimentos.

Foi hegemônico o recurso a tradições e valores culturais. O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe. Além disso, uma vez que a virada neoliberal, o aparato do Estado

pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder (HARVEY, 2008, p. 50).

É justamente a partir da tradição e de valores culturais se disfarçou um programa extremamente de desmonte do aparelho estatal para dar lugar uma fase política e econômica nos Estados Unidos de desarticulação dos movimentos sociais e principalmente dos sindicais, a cidade de Nova York passou por uma intensa e dolorosa mudança, tornando-se o centro do capital mundial. A cidade foi transformada em um lugar cultural e turístico, no qual os grandes banqueiros investiram em atividades ligadas ao mercado financeiro e atividades afins, como a telecomunicações (HARVEY, 2008, p. 56). Antes dessas transformações Nova York era conhecida como lugar da classe trabalhadora, pois aglutinava uma variedade de imigrantes em suas indústrias. A desindustrialização foi fundamental para a total desarticulação de uma sociedade construída e consolidada no trabalho industrial. Com isso houve um empobrecimento considerável de sua população, os salários diminuíram, as horas de trabalho modificadas. Essas são medidas que o sistema neoliberal exige de um determinado lugar ou país. Porque o interesse da pequena classe dominante está sendo restaurado e suas benesses sendo ampliadas, os impostos sobre os mais ricos sendo diminuídos e sobre a classe trabalhadora aumentados. Dessa forma, percebe-se a disparidade aumentada entre ricos e pobres no neoliberalismo⁹.

Em 1980, os Estados Unidos elegeram para a presidência Ronald Reagan. Ele foi um político que usou de seu carisma para reorganizar a economia juntamente com Volcker. Sua atuação foi clara para desmobilização dos movimentos sindicais, e reorganizou “os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial” (HARVEY, 2008, p. 11). Isso foram etapas cruciais para que os EUA pudessem ter dado a virada neoliberal, a fim de culminar na reestruturação do capital global. As relações de trabalho foram modificadas através da flexibilização do tempo e dos contratos modificaram todo um sistema até então que vigorava no liberalismo embutido. Mas com essas mudanças o neoliberalismo foi sendo inserido na vida das pessoas de forma velada e explícita para trabalhadores.

O Estado produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócio etc. Em muitos casos a parceiras público-privadas, em especial no nível dos municípios, o governo

⁹ Esse é um exemplo que David Harvey explora como aconteceu a ascensão do neoliberalismo nos Estados Unidos e colocando sua análise a partir da cidade de Nova York. Assim esclarecendo uma série de mudanças ocorridas na cidade e pontuando a ação dos banqueiros em torná-la o centro financeiro mundial.

assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros. Se necessário, o Estado neoliberal além disso recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento (por exemplo, regras de antipiquete) para dispersar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo (HARVEY, 2008, p. 87).

O Estado neoliberal ao criar um panorama específico para o sistema financeiro, acabou produzindo duras formas de repressão para combater aos possíveis opositores. Setores estratégicos da economia são entregues nas mãos de poucos e assim concentrando novamente a riqueza na pequena parcela da sociedade. Até antes da década de 1970 a economia mundial ia muito bem e o liberalismo embutido ainda era viável. Mas como a economia estadunidense estava em um período de estagflação uma solução encontrada para atender aos anseios da classe dominante em restaurar seu poder de classe foi a virada neoliberal. A partir daí a economia deu indícios de melhoras, entretanto, os trabalhadores e a população perderam direitos importantes conquistados na base da luta durante o período do bem-estar social.

O neoliberalismo não se preocupa os recursos naturais. Essa é uma faceta do capitalismo extremamente nefasta e cruel. Porque tudo é utilizado e produzido de forma desenfreada, pois não está em voga a preservação do meio ambiente e muito menos uma economia sustentável. Todos os recursos são utilizados até sua exaustão, desde pessoal ao natural e ambos completamente explorados. O objetivo é fazer com que haja uma maior obtenção de lucros e, principalmente, rendendo muitos investimentos no sistema financeiro. A economia de qualquer país a partir da década de 1980 e 1990 se tornou financeiras. Tudo passa pela órbita do mercado, do sistema financeiro.

Assim, o neoliberalismo ganhou espaços justamente nas grandes universidades e seus departamentos de economia, que já na década de 1990 eram difusores do pensamento neoliberal. A partir daí vai surgindo uma cultura letrada em volta do neoliberalismo e na sua utilidade mundial. Já nos finais da década de 1980 se tem o consenso de Washington, no qual era uma bula para que todos os países aplicassem as reformas Neoliberais, postas em prática no Brasil com o governo Collor e intensificadas no governo Fernando Henrique.

2.2 O governo Sarney e suas especificidades

É necessário alguns apontamentos sobre o governo do primeiro presidente civil José Sarney. Mas Sarney não fora eleito como presidente e sim Tancredo Neves, na verdade

era o seu vice. Devido a morte de Tancredo, Sarney assumiu a presidência em meio um complicado cenário político e econômico enfrentado pelo Brasil. Esse foi um período marcado por crises, principalmente de caráter econômico.

Em 1985, José Sarney virou presidente do Brasil em decorrência da morte de Tancredo Neves. Mas ao assumir encontrou uma composição ministerial muito adversa e procurou um ambiente favorável a sua administração. Segundo Brasília Sallum (1996), Sarney foi inserido na presidência de forma repentina e não encontrou um espaço para exercer a governabilidade, pois quem estava conduzindo, por exemplo, na área econômica era no ministério da Fazenda, Francisco Dornelles. Todos os ministérios foram preenchidos por pessoas atreladas a Tancredo Neves e não a Sarney. No início foi complicado porque Sarney deveria manter os acordos feitos por Tancredo para assim seguir como presidente. Sallum (1996) aponta que Sarney aparecia na imprensa e criticava seus ministros, pois ainda afirmava que não fora ele que tinha os escolhidos. Então, nos primeiros meses de seu governo, os vários ministérios possuíam certa autonomia e estavam sempre na imprensa justificando seus atos em cada pasta. Sarney aproveitou esse momento para afirmar que deveria ter ministros escolhidos por ele e não por Tancredo. Assim garantindo uma personalidade de seu governo. Essas aparições dos ministros de Tancredo geraram uma crise institucional que foi progressivamente resolvida com a substituição dos ministros. Em pouco tempo Sarney já possuía sua própria equipe ministerial.

Em relação à equipe econômica, havia um embate entre Francisco Dornelles (Fazenda) e João Sayad (Planejamento) sobre a condução da economia. Dornelles defendia a elevação das taxas de juros e cortes nos gastos públicos, que provocavam as crises econômicas. Mas Sayad defendia uma ação mais flexível e taxas moderadas de inflação. Entretanto, as disputas entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento colocaram também no meio o Banco do Brasil e o Banco Central. Assim, o Banco do Brasil era alinhado ao Planejamento e Banco Central à Fazenda. Nesse momento, o país estava em meio a uma espiral ascendente, em que tudo estava subindo. Isso era em decorrência de uma inflação reprimida devido ao congelamento dos preços (PICCOLO, 2015, p. 260). Isso representou o fracasso da recuperação gradual da economia. Assim em 1986 foi colocado em ação o programa de estabilização da economia, o Plano Cruzado.

Em 1985, Dílson Funaro assumiu a pasta da Fazenda para recompor o elo ministerial com as outras pastas, como Planejamento, Banco do Brasil e Banco Central. Agora a meta inflacionária era diminuir a inflação a cada mês em 10%. Essa nova política

econômica estabelecia o crescimento econômico. A aplicação do “choque heterodoxo” foi possível pelo fracasso do gradualismo em não combater a inflação e nem em propiciar o crescimento da economia (PICCOLO, 2015, p. 260). Mas em fevereiro de 1986 é colocado o novo programa de estabilização: o Plano Cruzado. Esse programa estabeleceu a troca de moeda, no caso do Cruzeiro para o Cruzado. O Cruzado possuía um mecanismo chamado de “gatilho”, no qual quando houvesse o aumento da inflação em 20% e a partir daí era acionado o “gatilho” garantindo um aumento no salário e preservando o poder de compra. Nos primeiros momentos do Plano Cruzado a inflação diminuiu drasticamente. Houve outro mecanismo usado: o apelo à população para que fiscalizasse os preços congelados (PICCOLO, 2015, p. 262). Isso criou os “fiscais do Sarney”, uma peça muito importante dessa política econômica. A inflação daquele período se mostrava de demanda. Monica Piccolo aponta que houve aumento no consumo, devido ao poder de compra, despoupança, declínio de imposto de renda para pessoas físicas, redução de juros nominais, acabando por explodir o consumo.

Já em julho de 1986, o governo estava deteriorado e passivo em relação da escassez de produtos. Agora, com a vitória maciça do PMDB nas eleições de 1986 (novembro) para câmaras e executivo o governo alterou drasticamente a política econômica e aplicou o Cruzado II. Esse pacote ajustou preços públicos (gasolina, energia elétrica, telefone e tarifas postais) e impostos indiretos (automóveis, bebidas e cigarros). Isso era retardar o “gatilho salarial”, pois tentava conter o consumo para não aumentar a inflação e não gerar uma falta de produtos no mercado. Mas Piccolo (2015) afirma que o declínio do consumo foi em decorrência do achatamento salarial. Em 1987, o governo cedeu a liberalização dos preços e foi realizado de maneira abrupta de todos os controlados pelo governo. Com isso gerou uma cisão na condução econômica. Fernão Bracher deixou o Banco Central, pois defendia a elevação de impostos e empréstimos compulsórios para desaquecer a demanda.

O Brasil suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado e gerou a moratória defendida por Funaro (PICCOLO, 2015, p. 264). Aos poucos a equipe econômica do Cruzado foi se desfazendo. João Sayad saiu do Planejamento. Um mês depois Funaro demite-se da Fazenda e assumiu o fracasso do Plano Cruzado. Segundo Piccolo (2015), os fatores responsáveis pelo fracasso do Plano Cruzado foram a pressão excessiva de demanda no mercado interno; crise cambial que acabou com as reservas de moedas estrangeiras e forçou o descongelamento rápido e desorganizado dos preços, gatilho salarial gerou uma longa duração do congelamento, quando acabou, acelerou uma alta

nos preços; elevação da taxa de inflação a mais de 20% o mês; problemas de abastecimento, devido ao congelamento e acabou gerando uma inflação reprimida e incontrolável.

No lugar de Funaro na Fazenda entrou Luís Bresser Pereira. Em 12 de junho de 1987 lançou o Plano Bresser, no qual era “um programa de estabilização híbrido que incluía elementos tanto ortodoxos quanto heterodoxos” (PICCOLO, 2015, p. 264). Do lado ortodoxo vigorou políticas fiscais para controle de inflação. Agora na parte heterodoxo foi praticado congelamento de preços e salários em três meses, mas de forma flexível. A inflação era caracterizada como inercial e demanda. O Plano Bresser agora “não tinha como meta ‘inflação zero’” (PICCOLO, 2015, p. 265), mas manter a inflação em níveis mais baixos e assim diminuir o déficit público. O programa teve alguns ganhos como redução do consumo, estímulos as exportações e proporcionou uma expansão de investimentos. Entretanto, o desalinhamento dos preços e a perda do poder de compra foram desastrosos para o processo de descongelamento (PICCOLO, 2015, p. 266). Bresser Pereira não conseguiu atingir suas metas de diminuir os gastos públicos e a inflação, logo levou-o a demitir-se.

Depois de ficar vago o ministério da Fazenda, Maílson da Nóbrega assumiu o cargo. A equipe econômica fora mudada a partir do Planejamento com João Batista Abreu, Banco do Brasil com Mário Jorge Gusmão Berard. O ministro Maílson rejeitou o choque heterodoxo, no qual praticava congelamentos. Segundo Monica Piccolo (2015), Maílson Nóbrega propôs estabilização da inflação em 15% ao mês, redução do déficit público, contenção salarial do funcionalismo público. Essa nova política econômica foi marcada pelo ortodoxismo gradual do “feijão com arroz”. Realizou-se um controle inflacionário sobre os preços administrados acima da inflação e esses ajustes eram a cada 30 dias passou a ser 20 dias. Piccolo aponta que o fracasso da política “feijão com arroz” foi em decorrência da aprovação da Constituição em 1988 e isso aumentou os gastos do governo federal e um repasse de 25% da receita da União para estados e municípios. Assim o projeto gradualista faliu e abriu espaço para a desindexação da economia.

Outro plano econômico foi implementado, o Plano Verão. Isso aconteceu em 1989 e criou um mecanismo para acabar com qualquer indexação. Esse programa econômico foi marcado pelo hibridismo entre ortodoxia e heterodoxia. Esse foi o último plano do governo Sarney e criou uma nova moeda o Cruzado Novo. Colocando assim mil cruzados a valer um dólar. Mas voltou-se a fazer o congelamento de preços e salários por tempo indeterminado. Continuou com contenção de gastos e dificuldade de acesso ao crédito. O Plano Verão sendo o último plano acabou fracassando também. Os juros em alta não

conseguiram conter o consumo. A hiperinflação estava em voga, mas fez-se um aumento nos salários e um outro congelamento nos preços no período de 90 dias. Isso tudo fracassou. O presidente Sarney deixou para seu sucessor um país estagnado, renda diminuída, taxas elevadas de inflação e a crise fiscal do Estado (PICCOLO, 2015, p. 268). A partir da crise do Estado brasileiro que Collor vai montar sua campanha e vencer. Isso acabou por colocar na agenda nacional o Neoliberalismo.

2.3 O governo Collor e suas especificidades

O Brasil na década de 1980 vivera um período bastante conturbado, pois em 1982 suspendera o pagamento da dívida externa e o governo pós-ditadura não conseguira conter os ímpetos da desastrosa economia. O governo Sarney foi extremamente marcado por fracassos econômicos e uma diversificação de planos para aos menos conter a inflação. Nada desses planos econômicos dera certo e clima de incerteza era muito presente. Esse fora um cenário favorável para ascensão de Fernando Collor de Mello, até então um jovem político com grandes aspirações.

Mas antes de adentrar nas especificidades do governo Collor é necessário fazer uma pequena trajetória política. Fernando Collor de Mello era filho de uma tradicional família de Alagoas. O patriarca dessa família e pai de Collor era Arnon de Mello, um político experiente e um representante coronel alagoano (SKIDMORE, 2000, p. 25). A carreira política de Collor começou durante a ditadura, no qual fora prefeito de Maceió através de nomeação (SKIDMORE, 2000, p. 26). Depois fora governador de Alagoas e era intitulado como o “caçador de Marajás”. Toda essa experiência deu-lhe a oportunidade de uma candidatura para o cargo de presidente. No entanto, Collor sempre procurava meios para se autorrepresentar e isso fica muito claro na tentativa desesperada de mudanças de partido, no qual culminou na fundação de seu próprio partido político, o PRN¹⁰.

A eleição de 1989 fora a primeira ocorrida sem a interferência dos militares¹¹ e com isso houve um pleito com vários candidatos civis. Desses candidatos a presidência se

¹⁰ O Partido da Renovação Nacional fora criado para atender aos anseios de Collor e isso fez com que viabilizasse sua candidatura.

¹¹ O governo Sarney fora caracterizado pela presença ainda de militares, pois o pós-ditadura foi um momento em que procurou-se realizar um consenso na sucessão do regime autoritário e assim tutelando a democracia aos

tinha nomes como de Fernando Collor de Mello, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Paulo Maluf¹². Todos estes defendendo um tipo de projeto com potencial caráter nacionalizador. A disputa fora muito acirrada, ainda mais porque se tinham vários políticos muito conhecidos no cenário nacional e os eleitores no primeiro turno possuíam uma diversidade de candidatos e programas de governo.

Dessa variedade de candidatos apenas dois foram para o segundo: Collor e Lula. A partir daí se tem uma clara movimentação das classes dominantes em escolher o sucessor de Sarney para o comando da nação. Mas dessa escolha teve encaixos, pois ambos os presidenciáveis defendiam claramente interesses divergentes. Existiam “dois pesos e duas medidas”, dois projetos de Estado conflitantes, Collor o escolhido das elites e Lula o defensor de uma ruptura brusca sem qualquer acordo com as classes dominantes. O clima dessa disputa era extremamente acirrada e estava em jogo a manutenção da ordem versus o desacordo de classe. A disputa estava polarizada entre a esquerda e a direita¹³. Mas o vencedor das eleições fora Collor, o representante das elites.

A vitória de Collor sobre Lula foi sem dúvida manipulada, principalmente, pela mídia. A Rede Globo de Telecomunicações interferiu diretamente nessa conquista¹⁴, pois estava em jogo os interesses de classes e a manutenção da ordem através de alguém que vinha das elites. Fernando Collor de Mello era a ponte entre o moderno e o arcaico (SKIDMORE, 2000, p. 25), fruto da cultura oligárquica. Dois mundos em que os interesses convergiam para a manutenção do poder. O arcaico representado pelas oligarquias de Alagoas e o moderno representado pelos novos meios de comunicação de massa. Dessa forma, salienta Skidmore (2000), Collor apresentava uma esquizofrenia política, em partes por seus atos coronelescos e outro por representar a modernidade com sua jovialidade.

Collor ser fruto do sistema político brasileiro ou, mais precisamente, da cultura política brasileira. Collor baseou sua campanha presidencial na

civis. Isso foi realizado de forma lenta, gradual e segura, no afirmar de Francisco Teixeira Silva (2003), porque não houve uma ruptura abrupta e sim um acordo, por mais que no ano de 1984 tivesse acontecido as Diretas Já.

¹² A eleição presidencial de 1989 foi a mais emblemática e controversa, pois contou com mais de 20 concorrentes e as classes dominantes não havia consenso em qual candidato defenderia seus interesses por conta variedade (NAKATAMI; OLIVEIRA, 2010, p. 24).

¹³ Devido ter sido uma eleição da variedade, a esquerda e a direita estavam divididas. Mas com o segundo turno percebe-se a formação do consenso em torno do candidato Collor e um massacre a Lula. Essa forma foi utilizada para garantir que o poder das classes dominantes vencessem (NAKATAMI; OLIVEIRA, 2010, p. 24).

¹⁴ Essa é uma relação bem estreita entre a família Marinho e Arnon de Mello. “A família Arnon de Mello entrou cedo na TV Globo, ao ganhar a concessão da estação subsidiária da rede em Alagoas. Assim, a família de Fernando tinha ligações tanto no velho mundo dos clãs políticos, quanto com o novo mundo meios de comunicação de massa” (SKIDMORE, 2000, p. 26).

imagem de um messias político. Era o milagreiro que varreria a corrupção, a ineficiência e uma economia arcaica (SKIDMORE, 2000, p. 27).

Outra característica apontada por Skidmore é a questão de Collor ser considerado na época um messias brasileiro. Isso faz parte do imaginário popular brasileiro em que alguém ou alguma coisa pode resolver todas as dificuldades a partir de um passe de mágica. Mas em se tratando da realidade, isso é impossível, ainda mais que deveriam ser adotados procedimentos que fossem surtindo efeito. Já que Collor foi tido como solução de problemas e visto como um herói nacional em 1989. O “Salvador da pátria” foi concebido em um momento de uma turbulenta crise econômica e os anseios da população era que a economia se acalmasse. A inflação nas alturas acabava por limitar tanto os salários quanto o poder de compra. Mas toda essa visão foi construída através da mídia, um espaço pertencente a sociedade civil e que possui um potencial para a construção do consenso ou dissenso. A vitória de Collor foi faraônica e meteórica, no qual a ajuda da mídia impressa e televisiva foi decisiva para sua ascensão a presidência.

No dia 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello tomava posse e se responsabilizava por reorganizar o Brasil e sua economia. Seu projeto de Estado fora o vencedor e ganhou apoio das classes dominantes para que governasse. Em sua campanha eleitoral, segundo Piccolo (2010), Collor se utilizou dos espaços midiáticos e colocou em xeque o papel do Estado com o argumento de que era a única solução para o país e juntamente por isso veio o processo de estruturação do molde neoliberal para uma debilitada economia. Seu governo foi marcado por uma política de desarticulação do Estado na economia brasileira, mas essas reformas acabaram ficando pela metade devido ao fato de que em 1992 Collor renunciou a presidência por conta das acusações de corrupção em seu governo.

O processo inflacionário brasileiro estava beirando as alturas e o governo Collor iniciou sua trajetória para conter a alta de inflação do Brasil. Assim foi lançado o Plano Brasil Novo ou mais conhecido como Plano Collor I e encabeçado pela ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Melo¹⁵. Os pontos centrais desse plano eram:

a troca de nome da moeda de cruzado novo para cruzeiro, sem mudança na equivalência entre as moedas; o bloqueio do montante de depósitos em contas-correntes e cadernetas de poupança que superassem 50 mil cruzados novos; o congelamento de preços e salários; o fim de subsídios e incentivos fiscais; o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND); a

¹⁵ Era uma economista, mas todo o prosseguimento do plano chocava-se com sua formação, associada a uma vertente de esquerda e não neoliberal.

extinção de vários órgãos do governo (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Essas medidas adotadas não surtiram muito efeito, pelo contrário, fizeram com que vários segmentos sociais se afastassem do governo e a credibilidade foi colocada em xeque. O confisco do dinheiro da poupança e conta-corrente não utilizou seletividade para a realização dessa medida, tanto pessoas físicas quanto jurídicas foram afetadas. Segundo Nakatani e Oliveira (2010), estava previsto a restituição desse dinheiro em 18 meses, mas os setores empresariais logo pressionaram para liberar rapidamente. Na mentalidade popular, esse confisco representou ainda mais uma queda no poder aquisitivo, pois abalava mais uma vez o governo. Assim muitas pessoas acabaram ficando com restrições com o não uso desse dinheiro. Isso foi extremamente impopular e posteriormente contribuiu para a aceitação do impeachment de Collor.

Estava em curso o processo de neoliberalização da economia brasileira, pois fora colocada como um programa a ser seguido e rigidamente obedecido. A análise do fracasso econômico do Brasil já na década de 1990 estava pautada na ineficiência e inchaço do Estado. Isso divulgado pelos programas políticos de Collor¹⁶

Sobre o Plano Collor II:

congelamento dos preços em 30/01/1991, podendo ser reajustado por autorização do Ministério da Fazenda; congelamento dos salários até 08/1991 e novas regras para seu reajuste; utilização de uma tabela de conversão para deflacionar os programas futuros; criação da taxa referencial de juros (TR) para remuneração das aplicações financeiras; extinção do Bônus do tesouro Nacional (BTN) e do BTN fiscal, do Maior Valor de Referência, das operações de overnight para aplicadores não financeiros, da correção monetária, do índice de reajuste dos valores fiscais e do índice da cesta básica; a criação da Nota do Tesouro Nacional (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Essas medidas no início deram certo resultado e fizeram com que a inflação tivesse uma queda. Na visão de Nakatani e Oliveira (2010), o plano não atingiu seu objetivo, pois não fez com que a inflação fosse estancada. Já Piccolo (2010), aponta que o plano foi

¹⁶ “As estratégias eleitorais de Fernando Collor e Fernando Henrique colocaram a questão do Estado no epicentro da agenda política. Ao criticarem o modelo de Estado que predominou no Brasil a partir dos anos trinta e ao defenderem a necessidade de reformá-lo em suas características fundamentais, além de se autoproclamarem como ‘único caminho possível’ para a saída da crise política, econômica, social e moral que o país atravessava” (PICCOLO, 2010, p. 47). Esse foi discurso extremamente acertado por ambos no sentido de convencerem os eleitores de que esta era a única alternativa. Estava claro que essa oportunidade fora útil para a virada Neoliberal do Brasil, ainda mais desmantelando uma estrutura consolidada, mas que já não era de interesse para as classes dominantes brasileiras.

criado para melhor articular a área financeira e assim criar um ambiente favorável, algo que não foi possível devido aos desarranjos causados. “Em 1992, a taxa de inflação chegou a 1.167,2%, e saltou para 2.851,3% no ano seguinte” (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 26). Esse é dado alarmante, confirmando a ineficácia do plano. Avolumando esse quadro, houve um “troca troca” de ministros no governo Collor, pois em 1992 fora abalado por denúncias de corrupção e a abertura de um processo de impeachment do primeiro presidente civil eleito de forma direta pelo povo.

Fernando Collor de Mello, que se intitulava de “caçador de Marajás”, o “inquisidor contra a corrupção”, não cumpriu com seu papel de livrar a economia brasileira da inflação e muito menos da corrupção. Esses escândalos parecem até anedotas, pois Collor “era contrário a essas práticas inaceitáveis” e isso tudo em seu discurso. A prática foi completamente outra e seu envolvimento com PC Farias¹⁷ lhe custou o cargo mais alto da administração pública do Brasil, a presidência. Fernando Collor acabou ficando inabilitado de concorrer a funções públicas por oito anos. Assim seu governo ficara pela metade e até as próprias reformas neoliberais por um instante ficaram de lado. O clima de instabilidade política e econômica fez com que o vice-presidente Itamar Franco assumisse a presidência para concluir o mandato da chapa. Com isso se tem a retomada do combate a inflação e dessa vez com sucesso e presidindo a pasta da fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Esse foi o caminho trilhado por FHC, que o levou a se tornar presidente do Brasil e continuar o trabalho de Collor na vereda da transformação do ideário neoliberal em principal condutor das políticas públicas no país. A imprensa contribuiu de forma significativa para a aceitação em torno do Plano Real e no próximo capítulo será analisando o papel dos jornais maranhenses (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) nesse processo.

¹⁷ Pequeno empresário e intermediário local chamado Paulo César Farias (dentro em breve conhecido como PC). Diz-se que, como tesoureiro da campanha presidencial de Collor em 1989, P. C. Farias teria levantado pelos menos várias centenas de milhões de dólares. (Na falta de registros confiáveis e exigências contábeis, esse montante se baseia em estimativas de jornalistas). A corrupção de PC só era igualada por sua indiscrição. Ele montou um complicado esquema, utilizando softwares financeiros, para extorquir propinas de empresas que tinham negócios com o governo federal, especialmente empreiteiras (SKIDMORE, 2000, p. 36). Nesse trecho é perceptível a relação íntima de PC com Collor, pois fora seu tesoureiro de campanha e também possuía aspirações gananciosas por dinheiro. Devido essa ligação estreita entre os dois, fora aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e posteriormente acarretou no impeachment de Fernando Collor.

3 - PLANO REAL INSCRITO EM VÁRIAS REPORTAGENS

Neste capítulo dedico atenção especial à análise dos impressos maranhenses, assim procurando entender quem são os proprietários desses jornais, como cada um se manifesta e manifestou de acordo com seus interesses. “Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política” (CAPELATO, 1988, p. 13). Isso é muito claro, pois sempre esteve vinculada aos grupos sociais, principalmente o das elites. Assim comporta-se como um partido político, segundo Gramsci, pois reúne ideias. Isso vai de encontro ao afirmar de Capelato que a ação da imprensa é ideológica.

Assim, analisarei a temática do Real a partir de editoriais, reportagens, manchetes, notícias. Isso será fornecido pelos jornais maranhenses *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*, de maior circulação no estado. Objetivo desse trabalho é fazer uma reconstrução do Plano Real a partir da imprensa local a partir do ano de 1994-1995. Esse período marcado pela trajetória do Plano e ascensão política de Fernando Henrique Cardoso.

3.1 Levantamento histórico dos jornais maranhenses

A imprensa no Brasil, segundo Capelato (1988) chegou tardiamente. Isso porque a Coroa Portuguesa inviabilizava esse tipo de mecanismo em sua colônia. Mas com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808 houve um processo de modernização para se adequar a nova condição, como salienta Jurandir Malerba (1999), pois houve o processo de ruptura e deixou fissuras no âmbito colonial entre Brasil e Portugal.

Dentro desse contexto, começam a circular pelo país os primeiros periódicos. Devido a isso houve uma contribuição significativa dos jornais para o processo de independência como o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821), *O Malagueta* (1821) (CAPELATO, 1988, p. 39). Esses são alguns jornais que surgiram no Rio de Janeiro e defendiam a emancipação brasileira.

No Maranhão também surgiram os primeiros jornais ainda na primeira metade do século XIX. Segundo Castro (2012), o primeiro periódico a surgir no Maranhão foi *O Conciliador do Maranhão*, em 1821, e defendia os interesses dos portugueses e era contrário ao processo de independência do Brasil.

Os jornais escolhidos foram devido sua posição estratégica dentro do bloco de poder no estado do Maranhão, pois suas posições às vezes podem se aproximar e também se distanciar. Esses impressos surgiram de momentos distintos e específicos dentro da conjuntura política do século XX.

O jornal, embora não seja uma manifestação artística, possui sua esfera de poder e principalmente de lugar de poder, uma vez que seu alcance é amplo e sua reprodução diária. Após a dispersão de boa parte dos intelectuais para outros estados do país, sobretudo o Rio de Janeiro, muitos buscaram a imprensa local como lugar de militância política, debate cultural, mas também de emprego. [...] Alguns deles eram porta-vozes dos partidos políticos da época; a grande maioria oposicionista a Vitorino Freire. [...] Os temas eram os mais variados possíveis: economia, política, etnologia, antropologia, até as concorridas sessões de literatura e artes (BORRALHO, 2011, p. 110).

Esse trecho revela como era o comportamento da imprensa maranhense. Esse envolvimento era extremamente militante e em oposição a Vitorino Freire¹⁸. Assim temos os jornais *Jornal Pequeno*, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* como frutos de período marcado pelas lutas políticas.

O *Jornal Pequeno*¹⁹ foi fundado no ano de 1951 por Ribamar Bogéa. Nasceu de um desentendimento entre José Sabóia Filho e Bogéa, no qual estava cobrindo o jogo entre Moto e Fluminense. Acabou tecendo duras críticas e foi repreendido por seu chefe (ARAÚJO, 2001, p. 7). A partir daí começou a trajetória do jornal e está centrada na crítica a grande imprensa controlada pelos grupos políticos locais, *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*, ambos defendendo os interesses oligárquicos desde os tempos vindouros de suas existências.

O impresso *O Imparcial*²⁰ foi fundado por João Pires Ferreira em 1926. Comparando com os outros dois esse é bem mais antigo em circulação no estado do Maranhão. Mas no ano de 1944, o jornal *O Imparcial* é comprado por Assis Chateaubriand. Assim passou a integrar o conglomerado de os *Diários Associados*. Esse foi feito com um objetivo muito claro, tornar Chateaubriand senador pelo Maranhão e assim virou um combatente aos oposicionistas a Vitorino Freire (BORRALHO, 2001, p. 111).

¹⁸ Segundo Henrique Borralho (2011), a sua chegada ao Maranhão foi na década de 1930 durante o período da Revolução de 30 como secretário do tenente Interventor, Martins de Almeida. Era natural de Pernambuco e construiu toda sua vida política aqui no estado do Maranhão. Casou-se com uma maranhense. Borralho ainda salienta que tornou-se deputado federal em 1945 e em 1947 tornou-se senador, e nunca disputara para o cargo de executivo estadual, pois a sua política era marcadamente coronelesca. A sua atuação era de intermediador entre o governo Federal e o Maranhão, pois preferia manter as relações clientelares na prática.

¹⁹ Sua sede está localizada na Rua Afonso Pena, 171, Centro – São Luís/MA.

²⁰ Sua sede está localizada na Rua Assis Chateaubriand, Renascença – São Luís/MA.

Já *O Estado do Maranhão*²¹ a princípio se chamava Jornal do Dia. Mas no ano de 1973, segundo Almeida (2011), muda o nome do jornal para O Estado Maranhão. O grupo Sarney através do Grupo de Mirante é retransmissora da Rede Globo. Dessa forma O Estado do Maranhão atuou decisivamente para a consolidação da oligarquia Sarney no estado.

A escolha desses impressos foi devida a sua influência no estado do Maranhão, no qual o poder está concentrado nas mãos de poucos e torna-se hegemônico a partir da produção de um consenso em torno de determinado projeto. O Estado do Maranhão e O Imparcial possuem interesses em relação a atuação tanto esfera nacional como regional. Mas sobretudo, no quesito dos antagonismos críticos para um determinado tipo de programa que quer se tornar hegemônico.

A lógica do lucro está inserida também nesse contexto por pertencerem ao aparelho privado de hegemonia (CAPELATO, 1988, p.18). Então procurarei perceber como os jornais maranhenses atuaram na consolidação do Plano Real.

3.2 Análise dos jornais maranhenses a respeito do Plano Real

O plano Real inserido no contexto neoliberal possibilitou a retomada da economia através de mecanismos que proporcionaram um beneficiamento para a elites econômicas brasileiras e a restauração da estabilidade. Essa política foi marcada pela união de classes no âmbito da sociedade civil, segundo Gramsci, para assim entrar em vigor um plano de estabilização e concentração ainda maior de renda nas mãos de poucos. Os jornais possuem um papel importantíssimo e asseguraram a vitória dessa empreitada do governo federal frente à crise na década de 1990. Então, a partir de 01 julho de 1994 entrou em vigor o Plano Real.



Figura 1: Capa de O Imparcial (1/07/1994)

²¹ Sua sede está localizada na Av. Ana Jansen, 200, São Francisco – São Luís/MA.

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA



Figura 2: Capa do jornal “O Estado Maranhão” (1/07/1994, p. 1)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Essas são duas capas colocando em destaque o Plano Real. A primeira é do jornal “O Imparcial” que apresenta uma manchete intitulada “Brasil já tem novo dinheiro”. A segunda é de “O Estado do Maranhão” e traz uma manchete intitulada “Brasil começa a viver a era do Real”. Ambas vêm apresentando o Real como novidade e algo que possivelmente ajustaria a economia que estava em crise. Isso estava muito pautado na questão de atender as necessidades das classes dominantes.

Segundo David Harvey, o plano real está incluso na perspectiva do neoliberalismo que patrocinou uma nova e acentuada concentração de poder nas mãos de poucos e implica em uma restauração do poder de classe. Mas no Brasil, a classe trabalhadora já havia sofrido grandes perdas com a ditadura civil-militar e nas décadas de 1980 e 1990 foram articulados movimentos de desmobilização dos trabalhadores pra assim se colocar em curso o processo de neoliberalização da economia brasileira e sua entrega para o sistema financeiro capitalista.

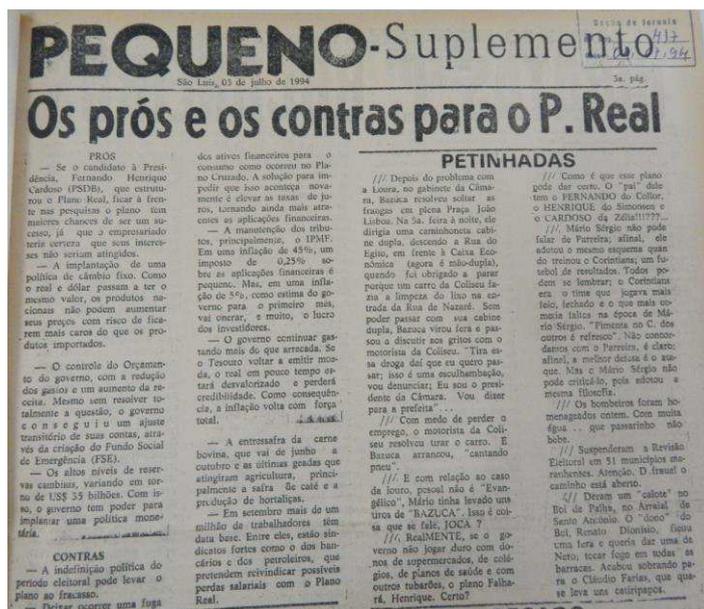


Figura 3: Jornal Pequeno (03/07/1994, p. 3)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Diferentemente dos outros dois jornais que deram destaque com suas primeiras capas, o Jornal Pequeno destacou sua análise do plano em uma reportagem intitulada “Os prós e os contras para o P. Real”. Essa reportagem está localizada na parte suplementar do jornal, no qual procurou perceber os pontos positivos e negativos. Os três têm um ponto em comum, todos estão discutindo o Real e assim imprimindo versões e visões pautadas em seus interesses políticos, econômicos e partidários, aproximando-se da leitura de Gramsci que entende a imprensa como um partido político, em que os atua dentro da sociedade civil em prol dos privilégios da pequena parcela da classe dominante. Mas como são grupos diferentes, os dois primeiros jornais, O Imparcial e O Estado do Maranhão, estão intimamente ligados aos principais grupos políticos do Maranhão, que tem buscado se consolidarem como hegemônicos. No entanto, o Jornal Pequeno possui uma linha de construção crítica em relação à própria ação do Estado, pois quem estava inserido no aparelho estatal era a oligarquia Sarney, e a sua postura marcada por não concordar como estava sendo conduzida a política no Estado do Maranhão e do próprio Brasil também. Uma das principais marcas do Jornal Pequeno é por ser um jornal de esquerda e esse o fator que o diferencia dos outros. Esses aspectos são de fundamental importância para compreender como cada jornal maranhense se comportou a respeito e contribuiu de certa maneira para a consolidação desse programa econômico.

Se o candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que estruturou o Plano Real, ficar a frente nas pesquisas o plano têm maiores chances de ser um sucesso, já que o empresariado teria certeza de que seus interesses não seriam atingidos (JORNAL PEQUENO, 03/07/1994).

De certa forma o Real está atrelado a figura de Fernando Henrique Cardoso, pois esse comandou a equipe econômica de Itamar Franco a partir de 1993. Mudou da pasta das Relações Exteriores e foi para a Fazenda. Segundo Monica Piccolo (2010), o governo Itamar reuniu os mesmos idealizadores do Plano Cruzado como Pêrsio Árida, Edmar Bacha, André Lara Resende e Gustavo Franco, e agora se tornaram os formuladores do Plano Real.

Real é lançado perante o ministério. O presidente da República, Itamar Franco, reuniu ontem todo o seu ministério no Palácio do Planalto, para a cerimônia de lançamento do Plano Real. [...] “com a chegada do Real, neste primeiro de julho, o Brasil tem a oportunidade de mudar de forma definitiva o curso de sua história. [...] a moeda é o mais concreto dos atos de confiança das Nações em si mesma (O Estado do Maranhão, 01/07/1994, p. 11)



Figura 4: O Estado do Maranhão. 01/07/1994 (p. 11)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Percebe-se nesse trecho que as esperanças estavam sendo todas depositadas no Plano Real e o presidente Itamar Franco ressalta em seu discurso que o tempo de vitórias e estabilidade chegou. Esse seria o plano da estabilização. “A inflação no Brasil havia se tornado uma doença crônica. Constituíam-se como um processo que apresentava características muito peculiares” (BRITO, 2013, p. 338). As metas do governo Itamar eram justamente diminuir a inflação e fazer a economia voltar a crescer, mas tudo muito bem planejado e criando mecanismos para não alta inflacionária.

O jornal O Imparcial publica uma matéria no dia 02 de julho de 1994.

Nova Realidade. A introdução de uma nova moeda no cenário brasileiro, o real, constitui o ponto fulgurante do programa em curso para resgatar o País de período longo e turbulento de crise econômica [...] As promessas por um novo horizonte de esperanças têm amanhã seu dia D. [...] é indispensável transformar a estréia do real no prenúncio de uma nova realidade. Quer dizer, a redenção do Brasil (O Imparcial, 02/07/1994, p. 2).

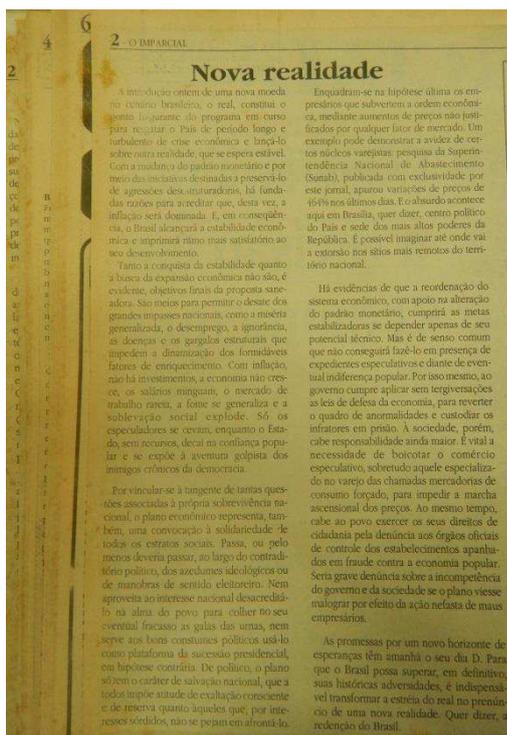


Figura 5: O Imparcial. 02/07/1994 (p. 2)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

As esperanças estão sendo depositadas nesse novo plano econômico, considerado como um salvador das crises políticas e da economia. Assim como Brito (2013) ressalta que a sociedade brasileira já vivera o acirramento da crise econômica e como saída para combater a

inflação era como tratar esse mal. Com a inflação em alta, o poder aquisitivo da classe trabalhadora foi achatado, seus salários reduzidos e até mesmo a questão da sobrevivência ameaçada em função dos elevados índices de desemprego.

O editorial de O Estado do Maranhão do dia 4 de julho de 1994 alega que

O Real e o fantástico. [...] A moeda ficou batizada como “real”, mas não como escapar a essa atmosfera meio de maravilhamento, mais propriamente surreal ou fantástica que cerca um país-continente que se dispõe a trocar todo o seu dinheiro. A pesquisa Datafolha realizada já no primeiro dia mostra que essa disposição a acreditar ainda existe na sociedade, e com força (O Estado do Maranhão, 04/07/1994, p. 4).



Figura 6: O Estado do Maranhão 04/07/1994 (p. 4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Esse trecho do editorial é muito elucidativo com relação a visão que o Plano Real ganhara. Ao mesmo tempo possuía características sagradas, como uma salvação, e nefastas, ligadas as incertezas se realmente o plano daria certo ou não. Fazendo uma comparação através da análise de Walter Benjamin²² (1987), em que a população olha para passado de

²² Há um quadro de Klee que se intitulada Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. Tal deve ser o aspecto do anjo da história. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as joga a seus

catástrofes econômicas e agora está sendo impelida por ventos do paraíso para um futuro em que se mostra tranquilidade e estabilidade. Maria Helena Capelato (1988) ressalta que os jornais procuram expressar a opinião pública, mas é claro que essa é manipulada e procuram nesse caso criar aprovação para o Plano real. A construção do consenso fora arquitetado dentro de especificidades a fim de tornar-se hegemônico. O que está sendo veiculado nos jornais são aspectos muitos positivos do programa de estabilização e criando assim, no afirmar de David Harvey (2008), um cenário favorável economicamente tanto para o plano como também para a acentuação do processo de neoliberalização do Brasil.

Real vale mais que dólar no black. [...] Na quinta-feira, o dólar estava sendo comprado por 2.627,13 o que convertido em reais representaria R\$ 0,9553 (Jornal Pequeno, 07/07/1994, p. 6).



Figura 7: Jornal Pequeno. 07/07/1994 (p. 6)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Essa foi a diferença no Real, pois igualou a nova moeda ao dólar. Com a finalidade de tornar novamente o mercado interno competitivo e atrair capital estrangeiro para a consolidação do plano. Segundo Piccolo (2010), foi graças a entrada maciça de capital que o

pés. Ele gostaria de deter-se para despertar os mortos e vencidos, mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1987, p. 226).

real vai conseguir ser o plano econômico a dar certo. Mas isso aconteceu através do aumento da dívida externa brasileira.

Esses planos seguiram sempre o mesmo roteiro em todos os países onde foram adotados: combate à inflação, através da dolarização e da valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social – e a desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) (BRITO, 2013, p. 346-347).

É nessa perspectiva neoliberal que resultaram em grandes transformações no Brasil. Segundo Brito, foi a partir das metas do Consenso de Washington que os Estados capitalistas periféricos colocaram em prática a questão do ajuste fiscal, faceado em ajuste estrutural do Estado. O mecanismo de valorização da economia através do dólar, pois a equidade entre Real e Dólar foi empregada para contribuir na consolidação da nova ordem mundial.

Cruzeiro real continua valendo. O Banco Central adiou mais uma vez, o prazo de troca de cédulas e moedas de cruzeiros reais por reais. Agora, a população vai ter até o dia 15 de setembro para trocar o dinheiro velho pelo novo nos caixas dos bancos. [...] O prazo original era 15 de julho e já foi prorrogado três vezes (O Imparcial, 27/08/1994, p. 2).



Figura 8: O Imparcial. 27/08/1994 (p.2)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Essa notícia é significativa porque o plano real estava aos poucos atingindo seus objetivos e fases a serem executadas. A preocupação do governo é com ainda a circulação da

antiga moeda, pois o cruzeiro real coexistia com real. Essa foi uma forma utilizada para garantir que continuasse tudo dando certo.

O Plano Real foi idealizado e formulado em 4 fases, segundo Oliveira (1996), na qual cada etapa da estabilização possui um objetivo específico. Esses objetivos eram ajuste fiscal, criação da URV, conclusão da reforma monetária e reformas estruturais. A criação do PAI (Programa de Ação Imediata) possibilitou medidas estruturantes para a política econômica. Isso se daria pelo corte de gastos, revisão da relação de estados e municípios com a União, preparação para o processo de privatização (OLIVEIRA, 1996, p. 39).

A idéia básica residia na criação de uma unidade estável de valor que pudesse servir como referência aos contratos da economia, criando um mecanismo de transição da superinflação para uma taxa de inflação civilizada. Tal mecanismo foi útil em circunstâncias históricas em que os esquemas tradicionais de congelamento utilizados em Israel e de pactos no México estavam bastante desgastados (OLIVEIRA, 1996, p. 43).

A URV, Unidade Real de Valor, foi necessário para o primeiro estágio do programa de estabilização da economia, no qual estava em curso um processo de equilibrar a inflação a níveis menores. O congelamento como o próprio Gesner Oliveira afirma que se não estivesse passado por essa transição, a prática dos congelamentos voltaria a ser utilizados.

Em vez do congelamento de preços, da violência da quebra de contratos e do confisco das contas correntes e da poupança, que falharam em todos os planos anteriores, propusemos uma alternativa baseada na transparência, na previsibilidade e no diálogo permanente com a sociedade, que é a única forma compatível com o modo democrático de governar (CARDOSO, 2008, p. 116).

Como ressaltou Cardoso, a URV tinha um objetivo claro e específico. Era utilizado esse mecanismo de transição para a chegada da nova moeda, o real. Uma característica interessante desse programa foi a publicidade e o constante debate em torno próprio plano e suas significativas ações na debilitada economia nacional. Essa é a diferença dos outros sete planos econômicos, pois se mudava de moeda da noite para o dia sem um debate prévio com a sociedade.

Boa parte da população brasileira entrou naquela fase de transição sem saber o que era a URV. Mesmo pessoas mais bem informadas, com conhecimento de economia, tinham dificuldade de entender o mecanismo da moeda virtual, que não passava de um grande indexador de preços. Para complicar, aquele

ano era um ano eleitoral. A impressão de que o Plano Real não passava de um truque para ganhar as eleições permeava a sociedade. Um bom indicador disso era o teor dos editoriais nos jornais na época (BRITO, 2013, p. 351).

Essa da transição, como bem destacou Hérica Brito, foi um período a princípio que a população não entendia os mecanismos sofisticados desse plano econômico. Mas vale ressaltar a atuação do ministro Rubens Ricupero para a divulgação e compreensão por parte da população, pois era de extrema valia seu apoio a favor do plano. Ricupero conhecido por Itamar pela alcunha de “Apóstolo do Real” e era justamente por sua preocupação em levar explicações para a sociedade e transmitir confiança naquilo que estava fazendo. O Real deveria “resultar em um retumbante sucesso, pois o êxito do plano era importante para o projeto político do PSDB” (BRITO, 2013, 353).

Em um artigo de O Estado do Maranhão Joaquim Itapary²³ realiza um balanço dos primeiro mês do real e futuro do plano econômico com duas candidaturas extremamente antagônicas.

FHC, Lula e o futuro do Real. O Real tem tudo para dar certo e, paradoxalmente, tem tudo para ser uma decepção. Tal contradição se resolverá com as eleições presidenciais, quando a atual conjuntura econômica estará superada e os efeitos imediatos do novo padrão monetário estancarão. [...] são imprescindíveis amplas e profundas reformas do Estado Nacional.



Figura 9: O Estado do Maranhão. 21/08/1994 (p. 4)

²³ Professor universitário e membro da Academia Maranhense de Letras (O Estado do Maranhão, 21/08/1994, p. 4).

Nesse artigo se percebe um discurso favorável a continuidade de Fernando Henrique como sucessor de Itamar Franco para assim haver um sucesso completo do plano. Segundo Maria Helena Capelato (1988), a aproximação dos políticos com a imprensa se dá por seu poder de influenciar na construção da opinião pública e de consolidar a imagem de uma determinada personalidade²⁴. “Os artifícios de atração do leitor eram empregados tanto como objetivo de lucro, como para fins políticos” (CAPELATO, 1988, p. 16). Essa fórmula continua sendo um meio extremamente positivo para quem quer conseguir alcançar metas em relação ao meio político. Com a aproximação das eleições, FHC como fora ministro da fazenda construiu uma imagem atrelada ao Plano Real e era necessária nessa concepção uma continuidade para o Brasil sair da crise e voltar a crescer.

Em contrapartida, temos a figura do Lula, agora totalmente repaginada. “A mutação do **sindicalista reivindicador** em **estadista realizador**” (O Estado do Maranhão, 21/08/1994, p. 4), isso mostrou uma transformação na figura do Lula, pois em 1989 sofrera nas eleições contra Collor devido sua imagem está associada a um revolucionário radical. O tom moderada agora estava se fazendo presente na nova disputa eleitoral, mas consagrando seu plano de governo na ação do Estado. “Com Lula, o Real periga; com FHC, não” (O Estado do Maranhão, 21/08/1994, p. 4), essa é uma afirmação emblemática, pois mostra a ação desse impresso construindo a imagem de um salvador e que FHC deve continuar conduzindo sua política econômica com o ajustamento aos interesses de uma parcela da classe dominante.

Já FHC pautou seu programa governamental na agenda neoliberal, em que a ação do Estado deve ser mínima e, segundo Harvey (2008), assim pautar-se na financialização da economia para o mercado de capitais. O Plano Real estava inserido em um programa voltado para a reconfiguração do Estado.

A reforma do Estado e a recuperação da sua capacidade de investir estão profundamente associada à possibilidade de êxito nas políticas sociais, dado que o setor público é e continuará sendo o grande responsável pela prestação e coordenação dos serviços nestas áreas. Precisamos de um Estado menor, que seja forte e ágil, que tenha condições para regulamentar a atividade

²⁴ Segundo Monica Piccolo (2010), a candidatura de Fernando Collor foi construída pela imprensa e era o candidato midiático, apoiado por setores importantes do ramo da comunicação. Mas houve o revés, pois assim como foi impulsionado através da mídia Collor também sucumbiu pela deteriorização de sua imagem pela imprensa.

econômica e que atue com eficiência no combate às nossas mazelas sociais (CARDOSO, 2008, p. 121).

Em seu programa lança as diretrizes a serem seguidas, pois fica claro a influência do Consenso de Washington. Segundo Monica Piccolo (2010), a reconfiguração do estado se deu através da reforma estrutural e da privatização. Esses dois pilares demonstram seu alinhamento com as reformas. Nas palavras do próprio Fernando Henrique Cardoso²⁵, o Estado está falido. Daí, ser necessário toda essa modificação do aparelho estatal em prol do capital.

Partindo para o segundo semestre do ano de 1994 se tem mudanças significativas como a mudança do ministro da Fazenda e as eleições. Esse é um cenário marcado por desejos e incertezas.

Ciro Gomes toma posse prometendo manter a essência do Plano Real. O novo ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, após ouvir seu antecessor, afirmou: O período que tenho pela frente, nesta nova função de Ministro da Fazenda, é curto mas garanto que será intenso. Vou dedicar-me integralmente à administração do Plano Real nestes quase quatro meses que nos aguardam até o final do governo. [...] Teve um começo e, com certeza, chegará a seu objetivo sem que nos desviemos da linha traçada lá atrás e que deixou claro para todos o sentido de que a estabilização só poderá ser construída passo a passo, etapa por etapa, sem confiscos e sem congelamentos (O Imparcial, 09/09/1994, p. 4).



Figura 10: O Imparcial. 09/09/1994 (p.4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

²⁵ O nacional desenvolvimentismo estava vigorando até em começo da década de 1990, mas esse modelo chegara a sua exaustão e, Cardoso (2008) assevera que com seu governo seria o fim dessa Era Vargas. Mas essa falência do Estado é questionável. Será que para a saída da crise fora necessário essa virada Neoliberal?

À medida que o ano de 1994 foi passando, algumas mudanças foram ocorrendo. Nessa passagem temos a presença de um ilustre nordestino compondo o governo Itamar Franco, Ciro Gomes. Este está substituindo o ex-ministro da pasta, Ricupero, que por sua vez tinha substituído Fernando Henrique. A saída de FHC do Ministério da Fazenda coincide justamente com o momento das aspirações e a formulação de um programa de Estado que quer se tornar nacional, e isso, segundo Gramsci, vai gerar hegemonização em torno desse programa feito a partir de alianças intraclasses dominantes.

O elemento econômico imediato (crises, etc.) é considerado como artilharia de campo que, na guerra, abria a brecha na defesa inimiga, brecha suficiente para que as tropas próprias irrompessem e obtivessem um sucesso definitivo (estratégico) ou, pelo menos, um sucesso importante na diretriz de linha estratégica. Naturalmente, na ciência histórica, a eficácia do elemento econômico é considerada bem mais complexa do que da artilharia pesada na guerra de manobra, já que este elemento era concebido como tendo um duplo efeito: 1) abrir a brecha na defesa inimiga, depois de ter desbaratado o próprio inimigo e de leva-lo a perder a fé em si, em suas forças e em seu futuro; 2) organizar de modo fulminante as próprias tropas, criar os quadros ou pelo menos, colocar com rigidez os quadros existentes (criados até então pelo processo histórico geral) em seu lugar de enquadramento das tropas dispersas; 3) criar de modo fulminante a concentração ideológica da identidade do fim a alcançar (GRAMSCI, 2002, p. 71).

A conquista de um determinado território a partir do elemento econômico como ressaltou Gramsci é muito eficaz, pois cria oportunidades para romper as barreiras do inimigo e ascender enquanto hegemônico a posição de destaque. Dentro do seio do aparelho estatal estava sendo gestado um plano econômico que poderia ajudar na ascensão de uma determinada ala política a condição de prestígio.

Grupos diversos dos representantes das classes dominantes estavam divididos desde a queda de Collor e necessitavam de alguma forma o reestabelecimento da economia e processo de modernização do Estado. Fernando Henrique Cardoso (2008) destacou argumentos para gerar consenso na sociedade civil através de um projeto de Estado pautado na Agenda Neoliberal e no discurso de falência do aparelho estatal em atender as demandas da sociedade. A única alternativa apresentada foi essa, no qual não se procurou outros meios para resolução de um problema pela via interna e não marcada pela entrada massiva de capital e conseqüente aumento da dívida externa brasileira. Esse projeto é o da desestatização declarada e assentada nos interesses privados de pequenos grupos que formam uma camada privilegiada e detentora de regalias.

FHC tem misteriosa consultoria na Casa Branca. Washington – Fernando Henrique Cardoso estaria sendo ajudado em sua campanha pelo consultor do presidente Bill Clinton, James Carville, e mais duas firmas estabelecidas em Washington, a Grunwald, Eskew & Donilon e a Chlopak, Leonard, Schecter & Associates. Carville e Mandy Grunwald são íntimos de Clinton e pertencem ao restrito grupo passe para entrar 24 por dia na Casa Branca. Pela consultoria, o PSDB estaria pagando aos americanos algo em torno de US\$ 1 milhão (Jornal Pequeno, 01/09/1994, p. 3).



Figura 11: Jornal Pequeno. 01/09/1994 (p. 3)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Nessa matéria do Jornal Pequeno se percebe uma análise de conjuntura sobre a questão do plano e sua realização alinhada aos interesses de Washington. Isso fica evidente porque se tem a atuação de um consultor direto do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em direcionar e realizar consultoria para conclusão da ascensão de FHC ao poder. É muito clara a influência direta dos Estados Unidos no processo de estabilização da economia brasileira. Harvey (2008) e Piccolo (2010) destacam que o receituário do “Consenso de Washington” estava sendo seguido e reformulado o papel do Estado.

Essa reconfiguração estava pautada e articulada no desmonte do aparelho estatal em todos os segmentos desde o econômico ao social, pois estava em curso o processo de globalização e internacionalização das economias globais nesse novo modelo de desenvolvimento. Mas a imprensa teve um papel fundamental para a consolidação do projeto

neoliberal no Brasil e tratava-se de convencer para conquistar “corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 15).

No editorial de O Estado do Maranhão o Real está sendo trabalhado em vários aspectos desde comerciais a políticos.

Primeiro o Real. [...] O interesse de que a eleição presidencial seja resolvido logo no primeiro turno cresce à medida em que o eleitor imagina que, vencendo Fernando Henrique Cardoso, a manutenção do Real estará automaticamente garantida, até por uma questão de coerência. Afinal, a nova moeda queiram ou não continua sendo um ótimo cabo eleitoral, e daqueles que nenhuma despesa dão ao candidato que lidera as pesquisas. Os adeptos de Lula já têm uma certeza, que ainda necessita de comprovação: se houver segundo turno, como eles imaginam será formada uma frente contra o candidato do governo (O Estado do Maranhão, 22/09/1994, p. 4).



Figura 12: O Estado do Maranhão, 22/09/1994 (p.4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

O interessante é que nesse editorial, o próprio jornal reconhece que ação de FHC na criação e execução do Plano Real trouxe melhorias significativas para a economia. Segundo Gramsci, um projeto de poder de uma pequena fração das elites dominantes quer se tornar nacional e hegemônico. Um ótimo mecanismo é a imprensa. O Estado do Maranhão está preocupado para que haja a continuidade desse plano econômico e de governo com Fernando Henrique e não com Lula. A vitória eleitoral de FHC já está sendo apontada como vencedora

de dois tipos de projetos de Estado completamente diferentes e antagônicos. Fica muito evidente o apoio nesse editorial de O Estado do Maranhão a favor de Fernando Henrique, ressaltando como única alternativa para a solução da crise e consequentemente a volta do sossego nas rendas das famílias brasileiras.

Fernando Henrique Cardoso escapa de ser esfaqueado. Preocupados com a segurança de Fernando Henrique Cardoso na reta final da campanha, os policiais federais que escoltam o virtual presidente da República evitaram, há 15 dias, o que poderia ser um atentado contra a vida do então candidato tucano. No dia 23 de setembro, quando Fernando Henrique visitava a cidade alagoana de Arapiraca, os agentes federais, com discrição, desarmaram um homem que se aproximava do presidencial com uma peixeira na mão. (Jornal Pequeno, 08/10/1994, p. 4).



Figura 13: Jornal Pequeno. 08/10/1994 (p. 4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Nessa reportagem vemos uma notícia de um possível atentado contra a vida de FHC. Os jornais “apelam, em maior e menor grau, para ilustrações, títulos espetaculares, crime, sexo, humor, esporte, folhetins, etc” (CAPELATO, 1988, p.15). Essa até está enquadrada dentro daquilo que Capelato ressalta como o uso de mecanismo para chamar atenção do público e usando-se do sentimentalismo pautado no sensacionalismo. Isso gera um efeito muito claro nas pessoas, pois passam a discutir e replicar certas notícias. Esse foi um apelo emocional, no qual está evidente que se deve preservar a vida do presidencial Fernando Henrique. Essa estratégia conquista público e assim visa dar lucros aos jornais-empresa.

Essa não é só uma estratégia aplicada pelo Jornal Pequeno, os outros também a utilizam justamente para chamar atenção as suas colocações a respeito do momento do plano.

Mas cada uma se manifestou e manifesta suas posições ideológicas dentro do debate mais amplo.

Em seu artigo para O Estado do Maranhão, Edoardo Bonetti²⁶ ressalta alguns pontos para o desenvolvimento e sucesso do plano.

O Plano Real exige qualidade. A nova situação econômica gerada pelo Plano Real requer um esforço constante por parte do governo, das empresas e dos trabalhadores para sua manutenção e sucesso. [...] O governo proporcionar: equilíbrio nos programas de desenvolvimento econômico; [...] Às empresas, desenvolver: administração capaz e eficaz para obter melhores resultados (O Estado do Maranhão, 22/10/1994, p. 4).



Figura 14: O Estado do Maranhão. 22/10/1994 (p. 4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Fica muito evidente que FHC já estava com as eleições garantidas. Mas nesse artigo vemos a preocupação na manutenção e no equilíbrio causado pelos impactos na economia. Os compromissos devem ser mútuos e de todos segmentos da nação desde o político até o social e cada um com suas responsabilidades para com o processo de modernização país. Isso se daria pelo processo de desestatização da economia e uma profunda reforma em setores estratégicos da economia (SOUZA, 2008, p. 237).

O Real e as Eleições. O Real parece ter sido um plano anti-inflacionário mais bem estruturado que os outros, mas começa a mostrar rimbos produzidos pelo bombardeio a que se acha submetido. [...] Ao longo da campanha presidencial, Lula e Leonel Brizola denunciaram como eleitoreiro o Plano Real e profetizaram uma onda de aumentos logo após as eleições (O Imparcial, 03/11/1994, p. 2).

²⁶ É consultor do Dampi-Fiesp/Ciesp e diretor da EB Procon&Parterns.



Figura 15: O Imparcial. 03/11/1994 (p. 2)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Os argumentos de Lula e Brizola sobre os rumos que as eleições tomaram demonstram que foi tudo bem articulado com a grande mídia. Mas principalmente setores da sociedade apoiaram essa nova onda que estava transformando o Estado brasileiro (KUCINSKI, 1999, p. 181).

Plano Real na balança. Para eleger FHC, o Plano Real foi um sucesso; para a estabilização da economia, porém, está se revelando um fracasso. Se não é assim, vejamos. A inflação de setembro alcançou apenas 0,86% porque os empresários, que podem ser imbecis, como disse o ministro Ciro Gomes, mas não são trouxas e nem bonzinhos, seguraram os preços até ali (Jornal Pequeno, 14/11/1994, p. 4).



Figura 16: Jornal Pequeno. 14/11/1994 (p. 4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Essa matéria faz um balanço sobre os impactos na economia e caminha pelo viés dos preços. O governo fez com que os empresários não aumentassem bruscamente os preços

quando em 1 de julho de 1994 com a intenção de não correr o risco do plano fracassar. Esse é um ponto que cruza com a matéria anterior de O Imparcial, na qual Lula e Brizola estavam profetizando a ruína do plano (O Imparcial, 03/11/1994, p.2).

Fora graças ao Real FHC ascende a presidência,

Em seus programas eleitorais, prometeu que, como através do Plano Real já resolvera o “problema econômico”, chegara a vez de enfrentar o “problema social”. Assim, as metas de seu programa de governo seriam “o emprego, a saúde, a educação, a segurança e a agricultura”, os famosos “cinco dedos da mão”. Em nenhum momento, defendeu “abertura econômica”, capital estrangeiro, privatização, questões que constituiriam o norte de seu governo (SOUZA, 2008, 237).

Com a ajuda imprensa tanto impressa quanto televisiva conseguiu ascender rapidamente. O mecanismo do Plano real beneficiou muito Fernando Henrique a corrida presidencial. Como destaca Souza (2008), a última fase era vencer as eleições e tornar-se presidente do Brasil. Em dezembro de 1994 começou a montar sua equipe de governo e privilegiou pessoas competentes para os cargos ministeriais e de sua inteira confiança (O Estado do Maranhão, 25/12/1994, p. 6).

Real amarra o segundo escalão. [...] A mais forte e insuperável das exigências é a proteção absoluta ao Plano Econômico. Em nome do Plano, os ministros da Fazenda e do Planejamento reforçarão e ampliarão o seu poder de influência e de controle sobre as áreas consideradas cruciais para o equilíbrio das contas do governo. A indicação de nomes de confiança da chamada equipe econômica para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal é um exemplo de reforço de time (O Estado do Maranhão, 25/12/1994, p. 6).



Figura 17: O Estado do Maranhão. 25/12/1994 (p. 6)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Estava em jogo a preservação do Plano real e a consequente volta do crescimento econômico melhorado. Segundo Gramsci, foi pelo caminho econômico que os pesedebistas conseguiram formular um plano de poder para o Estado brasileiro. Essas foram conquistas sem precedentes e viabilizou uma entrada massiva de capital (SOUZA, 2008).

Em um artigo de Boris Casoy para O Imparcial se tem,

A missão de FHC. O governo que assume neste domingo ascende com todas as condições de realizar suas promessas de campanha, na busca de um Brasil melhor. Não se trata de pieguice ou propaganda. O governo vai começar sobre o signo da estabilidade econômica e do desenvolvimento (O Imparcial, 01/01/1995, p. 2).



Figura 18: O Imparcial. 01/01/1995 (p. 2)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

O governo de Fernando Henrique Cardoso começou bem, pois estava recebendo o governo de transição, no qual conseguiu formular as bases para o processo de consolidação do plano real. O clima de otimismo é muito evidente nessas críticas de Boris Casoy. O compromisso do presidente era em manter a estabilidade que demorara muito para chegar e não fazer o plano fracassar como tantos outros se transformaram em inviáveis.

O presidente enfatizou não aceitaria e nem permitiria que interesses particulares se sobrepusessem aos “superiores direitos da coletividade”. Como nos lançamentos dos planos anteriores, o discurso do Executivo foi concentrado na defesa do interesse nacional e de que aquele plano marcava uma “nova” fase na economia brasileira (BRITO, 2013, p. 361).

O governo de FHC foi marcado pelo continuísmo, em que foi preponderante o fator econômico e contribuiu para um processo de estabilização realizado por etapas. A partir

da estabilização o executivo começou a priorizar a outra vertente da estabilização “perfeita”, estava em curso o programa de ajuste fiscal e o processo de privatização.

FHC promete reformas durante quatro anos. O presidente Fernando Henrique Cardoso apontou ontem, os monopólios estatais como grandes entraves da economia. Em discurso para 170 empresários do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade, o presidente anunciou que vai levar quatro anos de seu governo mudando o País. A prioridade inicial será para as reformas econômicas e previdenciárias (O Estado do Maranhão, 11/02/1995, p. 6).



Figura 19: O Estado do Maranhão. 11/02/1995 (p. 6)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

É muito evidente que agora em seu próprio governo, FHC atende as demandas do capital estrangeiro e subvertendo em uma economia globalizada e neoliberal. A livre iniciativa e falácia de que o Estado está doente norteou toda a trajetória de seus mandatos. Assim como destaca Harvey (2008), o mundo se tornou financializado e obedecendo as regras impostas pelo capital. Piccolo (2010) assevera que essa guinada neoliberal proporcionou a princípio ao Brasil a entrada desregulada de capital estrangeiro, mas que a partir de 1995 com a crise no México o plano Real sofre sua primeira crise.

Governo ajusta o Plano Real alterando as taxas de câmbio. O governo fez ontem o primeiro grande ajuste no Plano Real, oito meses depois de sua implantação, adotando o sistema de bandas para a fixação da taxa de câmbio com o objetivo de melhorar aumentar as exportações e o ingresso de dólares na economia. Junto com a mudança, os ministros do Planejamento, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan, anunciaram um pacote de medidas para reduzir os gastos públicos e incentivar os investimentos privados.



Figura 20: O Imparcial. 07/03/1995 (p. 4)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Esses são os primeiros momentos em que o Plano Real está sendo reajustado para não complicar a economia que estava estável. Mas nessa matéria o governo começou a procurar por mais capitais externos para continuar a dar cabo nessa neoliberalização econômica. Como ressalta Souza (2008), as oportunidades de se conseguir capital externo para investir na economia brasileira estavam em falta.

Plano Real corre perigo. O governo está ciente de maio será um mês delicado para o Plano Real. O aumento do salário mínimo para R\$ 100,00 elevará o consumo de alimentos e outras mercadorias (Jornal Pequeno, 18/04/1995, p. 3).



Figura 21: Jornal Pequeno. 18/04/1995 (p. 3)

Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

É perceptível que com um aumento anunciado o Plano Real sofresse certas alterações, pois coexistia aquele ranço da hiperinflação. Esse era um motivo de desconfiança. Esse aumento provocou uma certa elevação da inflação, pois os preços serão corrigidos a partir do novo valor salário mínimo. Essa é a última notícia no Jornal Pequeno e demonstrou também, como os outros, preocupações de como a economia reagiria ao novo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir que a imprensa teve um papel fundamental para a estruturação do Plano do Real, pois possui o poder de construir o consenso através da opinião pública. O Plano tinha a finalidade de retirar o Brasil de uma profunda crise econômica e eliminar a hiperinflação de vez. A figura de Fernando Henrique se confunde com o processo de consolidação do Real.

A imprensa de um modo geral atrelada aos seus interesses tanto políticos como econômicos. Os jornais têm “objetivos de lucros, como para fins políticos” (CAPELATO, 1988, p. 16). O jornal é uma empresa capitalista e está assentado em sua forma clássica do capitalismo, o lucro. Então se coloca muito no centro do debate que essa empresa quer obter o lucro e ao mesmo tempo possuir mandatários nos sistema político nacional. A imprensa maranhense está calcada nesse escopo também, pois os principais donos dos veículos de comunicação são importantes pessoas do âmbito regional e que possuem projeção nacional.

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a ser levado em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial (CAPELATO, 1988, p. 18).

Os empresários estão guiados na obtenção do lucro. A imprensa tem um papel fundamental, pois é o interlocutor entre cidadãos e o governo, e isso dado por sua missão veiculadora de informações (CAPELATO, 1988, p. 18). É nas informações que está pautada a imprensa e isso é um componente principal de seu produto, o jornal. A dimensão jornalística a respeito do Plano foi muito grande, pois era algo que interessava muito os brasileiros e teve coberturas grandiosas do Real.

O contexto do Plano Real na década de 1990 é o neoliberal, pois, segundo Piccolo (2010), estava em curso no Brasil a inserção do neoliberalismo primeiro em Collor e posteriormente com FHC. Essa virada atende ao chamado “Consenso de Washington” que previa medidas de como reconfigurar o Estado. Segundo Harvey (2008), era uma espécie de receituário a ser seguido.

No dia 1 de julho de 1994 entrou em vigor o Real. Os jornais de todo o país publicaram uma série de reportagens sobre esse programa econômico. A imprensa regional,

mais especificamente a do Maranhão, não ficou atrás na divulgação e construção de um consenso desse plano de estabilização.

Os jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial dão logo um destaque sobre o Real no primeiro dia de estreia. Ambos contendo um ar extremamente otimista e também com uma certa cautela. Mas a marca cotidiana do Plano foi sua publicização diária, ou seja, todos os dias os leitores eram bombardeados com muitas informações e assim criando uma atmosfera agradável para que o plano fosse aceito e compartilhado pelos leitores. Segundo Gramsci, a imprensa atua como um partido político. Nesse momento o que estava em jogo era a credibilidade do Real. Então a imprensa foi extremamente partidária e a favor, por isso a regularidade na discussão do assunto e na construção de consenso e não dissenso como foi nos planos Collor I e II.

Já o Jornal Pequeno se manifestou sobre o Plano Real dois dias depois, mais especificamente no dia 3 de julho de 1994. Foi uma matéria em que se levantava “os prós e os contras”, sendo feito uma análise bem estruturada e que mesclava expectativa e incerteza. Mas não deixando de lado a crítica ao governo e até mesmo sendo cauteloso com relação a publicação do assunto em suas matérias.

Ainda nos primeiros dias, os três jornais (O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão) possuem uma certa aproximação no sentido de discutirem o Plano e em seus discursos representarem o binômio “expectativa/incerteza”. A chegada dessa nova moeda colocara em xeque toda uma fragilidade que vivia a economia e sociedade brasileira em 1994. O que norteava o pensamento da sociedade naquele ano eram perguntas como: Esse plano vai dar certo? Vai haver congelamentos? Vai se perder investimentos? Então os jornais com suas matérias no primeiro momento buscam acalmar esses ímpetos e transmitir segurança com relação ao novo plano econômico.

Contribuíram para a construção da credibilidade do Plano Real, na medida em que divulgaram amplamente os discursos das fontes oficiais e apoiaram o pacote em seus textos opinativos. Na parte informativa do noticiário, falaram sobre e defenderam o Plano Real, o presidente, ministros, equipe econômica do governo e diretores do Banco Central (BRITO, 2013, p. 360).

Percebi uma articulação por parte dos jornais O Imparcial e O Estado do Maranhão na construção da credibilidade do Real aqui no Maranhão. Há um claro alinhamento dos discursos vindo diretamente de Brasília no que tange aos discursos,

principalmente, de ministros, economistas, jornalistas, presidenciáveis, entre outros. Tudo isso para um beneficiamento em ser pró-governo.

O Jornal Pequeno deu também destaques positivos ao plano, mas não de forma indiscriminada como O Imparcial e O Estado do Maranhão, uma vez que matinha estrita ligações com os interesses de classes e os interesses que os beneficiavam. Outra diferença entre os três jornais é que o Jornal Pequeno produziu poucas matérias. Mas em compensação O Estado do Maranhão e O Imparcial produziram muitos conteúdos sobre o Plano Real com o intuito de convencer.

Com a chegada do segundo semestre de 1994, os principais assuntos foram o Plano Real e as eleições presidenciais. Mas com esse clima de eleição, os debates políticos travados entre os principais candidatos à presidência do Brasil, Fernando Henrique e Lula, extremamente antagônicos.

Os jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial com relação a seu posicionamento eram muito claros, pois estavam a favor da candidatura de Fernando de Henrique e suas matérias são excessivamente tendenciosas ao candidato. Com relação ao Lula, tratam como uma dúvida e assim associação a sua imagem ao possível fracasso do Real. FHC é diferente e esse sim era necessário para continuação do processo de estabilização da economia.

Já o Jornal Pequeno não focou muito na questão da eleição e nem procurou desestruturar a campanha de Lula. Muito pelo contrário. Preocupou-se com outras questões que os jornais rivais não se pronunciavam a respeito. Na matéria intitulada “FHC tem misteriosa consultoria na Casa Branca” é relatada a relação entre Fernando Henrique e um consultor ligado diretamente a Bill Clinton. O tom aqui é sempre de questionamento e já dava indício do futuro governo FHC, no qual se estruturou a partir de uma política Neoliberal. Segundo Monica Piccolo (2010), esse política estava prescrita em seu governo e assim como a questão do Estado ser considerado falido (CARDOSO, 2008, p. 121). A postura do Jornal Pequeno sempre tendo um olhar mais crítico do que os jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, que eram favoráveis a FHC e com isso procuravam persuadir a opinião pública para apoiá-lo.

Seguindo as trilhas de O Imparcial e O Estado do Maranhão nota-se a presença constante de todos os acontecimentos na área econômica do país. Isso se deu pela divulgação da troca do ministro da Fazenda que era Rubens Ricupero por Ciro Gomes. Tudo tinha o objetivo de criar bases sólidas no convencimento do plano Real.

O Jornal Pequeno até destoa no tom em algumas notícias em específico. Enquanto que os impressos O Estado do Maranhão e O Imparcial estão em prol de um economicismo exacerbado diário, o Jornal Pequeno publicou uma notícia, “Fernando Henrique Cardoso escapa de ser esfaqueado”, afastando-se um pouco dessa economia diária praticada pelos outros dois jornais. Até soa como engraçado colocando dentro desse contexto econômico.

Fernando Henrique Cardoso vence as eleições de 1994 ainda no primeiro turno. Agora O Imparcial e O Estado vão se deter em procurar esmiuçar toda a formatação ministerial de seu governo e, principalmente, da área econômica. Cada centímetro dos rumos da economia estava sendo discutido e colocando sempre explicações favoráveis ao futuro governo. O Jornal Pequeno por sua vez realiza um balanço sobre o Real logo após a eleição e pondera a questão dos preços não terem aumentados drasticamente. Isso é até um positivo a conduta do Jornal Pequeno que é de criticidade, mas também de reconhecer algumas coisas boas do plano Real.

Com a chegada de 1995, o jornal O Imparcial realiza um balanço do futuro de FHC agora presidente e rumos do Real. O clima de otimismo estava vigorando e assim a expectativa era manter a continuidade da estabilidade. O Estado do Maranhão por sua vez ressalta o discurso de FHC em garantir reformas para os quatro anos de seu mandato e assim colocando em curso a agenda neoliberal. Abrindo assim espaço para a entrada massiva de capital e reestruturando o papel do Estado e colocando no epicentro dessas reformas a privatização.

“O discurso do jornalismo na era Fernando Henrique é essencialmente econômico e não veio para explicar e sim para persuadir” (KUCINSKI, 1999, p. 186). É muito evidente isso, pois se manifestou de forma aberta nos discursos de O Imparcial e O Estado do Maranhão. O Imparcial tece algumas considerações sobre os reajustes realizados no Real e começa a perceber o início da primeira crise pós-estabilização econômica. O Jornal Pequeno se preocupou em chamar atenção para o risco de que a inflação pudesse voltar a crescer.

“Num país de frágil estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, muitas circunstâncias, papel semelhante aos dos partidos, chegando a sobrepujá-los” (CAPELATO, 1988, p. 37). Isso é uma realidade, pois o poder de convencimento é um dos mecanismos que a imprensa possui e os utiliza a favor de seus interesses de classe dominante. Os jornais O Imparcial e O Estado do Maranhão produziram mais materiais sobre o Plano Real. No Jornal Pequeno são poucas as reportagens, mas são sempre esclarecedoras e levantam questionamentos sobre o prosseguimento da política econômica. Enquanto os outros

dois são extremamente tendenciosos e defendem os interesses das classes dominantes e do capital.

“Desde a era Collor, o projeto patronal de desmonte do Estado e abertura comercial ganhou efetivamente as mentes e corações da maioria esmagadora de jornalistas e das classes médias às quais pertencem e às quais servem” (KUCINSKI, 1999, p. 181). Mas a postura do Jornal Pequeno é diferente e não está atrelada ao grande projeto de desmonte do Estado e nem aos interesses do capital estrangeiro.

Fico muito satisfeito da pesquisa que realizei a partir dos impressos regionais. Constatei que é importante e muito rico o acesso às informações contidas nesses periódicos, pois parti de um tema nacional e procurei perceber a atuação desses jornais (Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão e O Imparcial) a partir do processo de implantação do Plano Real em 1 de julho de 1994. Mas, ficou muito claro a posição de O Imparcial e O Estado do Maranhão a favor rigorosamente do Plano Real.

A atuação da imprensa é como de um partido político, ou seja, no dia a dia estão sendo travadas batalhas com a finalidade de convencer o leitor a comprar a sua batalha. A imprensa atua no cotidiano e escreve todos os dias um pouco da nossa história através de textos, imagens, charges, propagandas e muitas outras coisas. Daí sua especificidade em ser uma boa fonte para temas variados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

O IMPARCIAL, jornal. São Luís, 1994-1995. Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

1 de julho de 1994. Acesso em 16/12/2015.

2 de julho de 1994. Acesso em 16/12/2015.

27 de agosto de 1994. Acesso em 16/12/2015.

9 de setembro de 1994. Acesso em 16/12/2015.

3 de novembro de 1994. Acesso em 17/12/2015.

1 de janeiro de 1995. Acesso 17/12/2015.

7 de março de 1995. Acesso 17/12/2015.

JORNAL PEQUENO. São Luís, 1994-1995. Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras

3 de julho de 1994. Acesso em 16/12/2015.

7 de julho de 1994. Acesso em 16/12/2015.

1 de setembro de 1994. Acesso em 16/12/2015.

8 de outubro de 1994. Acesso em 16/12/2015.

14 de novembro de 1994. Acesso em 17/12/2015.

18 de abril de 1995. Acesso em 17/12/2015.

O ESTADO DO MARANHÃO, jornal. São Luís, 1994-1995. Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

1 de julho de 1994. Acesso em 16/12/2015.

4 de julho de 1994. Acesso em 16/12/2015.

21 de agosto de 1994. Acesso em 16/12/2015.

22 de setembro de 1994. Acesso em 16/12/2015.

22 de outubro de 1994. Acesso em 16/12/2015.

25 de dezembro de 1994. Acesso em 17/12/2015.

11 de fevereiro de 1995. Acesso em 17/12/2015.

Obras Gerais

ALMEIDA, Francinete Louseiro. *Política no Maranhão e o jornal O Estado do Maranhão*. Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió - AL - 15 a 17 de junho de 2011.

ARAÚJO, Wilson Ed. *200 anos da Imprensa no Brasil, 50 anos do Jornal Pequeno*. In: PEQUENO, Jornal. São Luís, 10 de junho de 2001.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – obras escolhidas, volume I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu e nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão / José Henrique de Paula Borralho – São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2011.*

BRITO, Hérica Lene Oliveira. *Jornalismo de economia no Brasil / Hérica Lene Oliveira Brito – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013.*

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. Disponível: books.scielo.org

CARDOZO, Simone Bezerril Guedes. *1808: A reutilização do passado na/pela pauta jornalística*. In: PICCOLO, Monica; OMRAN Muna (org). *Imprensa, cinema e história: novos objetos e métodos de investigação histórica*. São Luís: EDUEMA, 2015. p. 43-73.

CASTRO, Sílvio Rogério de. *São Luís 400 anos: breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão*. CAMBIASSU – edição eletrônica. UFMA – ISSN 2176-5111. São Luís – MA, janeiro/junho de 2012 – Ano XIX – Nº 10.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, vol. 2, n. 4. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90/70>, Acesso em: 17 de setembro de 2017.

DE LUCA, Tania. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FISHLOW, Albert. *Trinta Anos Combatendo a Inflação no Brasil: do Paeg ao Plano Real*. In: MOURA, Alkimar R. (org.). PAEG e REAL: dois planos que mudaram a economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FIORUCCI, Rodolfo. *Considerações acerca da História do Tempo Presente*. Revista Espaço Acadêmico, n. 125, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/>, Acesso em 17 de setembro de 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol. 3*. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 3 / Antonio Gramsci*; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. *O presente como História: escrever a História de seu próprio tempo*. Novos Estudos, n. 43, 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/>, Acesso em: 17 de setembro de 2017.

KUCINSKI, Bernardo. *A mídia de FHC e o fim da razão*. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-64”. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ; 7 Letras, n. 5, setembro de 2002, p. 287-313. – 199.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabricio Augusto de. *Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007*. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (org.). O Brasil sob a nova ordem. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 21-50.

NOBRE, Marcos; FREIRE, Vinicius Torres. *Política Difícil, Estabilização Imperfeita: os anos FHC*. Novos Estudos CEBRAP, n° 51, julho de 1998, p. 123-147.

OLIVEIRA, Gesner. *Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio / Gesner Oliveira*. – São Paulo: Mandarim, 1996.

PADRÓS, Enrique Serra. *América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado*. IN: Revista História & Lutas de Classes, n° 4, julho de 2007.

PICCOLO, Monica. *O dragão não era de papel: os (des)ajustes da Política Econômica brasileira nos anos 1980*. In: QUADRAT, Samantha (org.). Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate. Niterói: Sete Letras, 2015, p. 254-281.

_____. *Reformas neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SALLUM, Brasília. *Labirintos. Dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 117-195.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245-279.

SINGER, Paul. *A Raiz do desastre social: a política econômica de FHC*. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O Desmonte da Nação. Balanço do Governo FHC*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.25-44.

SKIDMORE, Thomas. *A queda de Collor: uma perspectiva histórica*. In ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (org.) *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 23-46.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula* / Nilson Araújo de Souza. – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.